Conselheiro Lafaiete, 26 de março de 2026.

Ofício: 340/2026

Assunto: Plano de Ação NAP

07 04 26

Prezados,

O Secretário Municipal de Educação, Sr. Cirley José Henriques, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 11/2025, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, conforme deliberado em audiência pública, encaminhar o Plano de Ação para o ano de 2026 do Núcleo de Acolhimento Psicossocial da Secretaria Municipal de Educação.

Por fim, a Secretaria Municipal de Educação permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Flávia Fátima R. Gonzaga Silva
Secretária Adjunta de Educação
Portaria 931/2026

Flávia Fátima Resende Gonzaga Silva
Secretária Adjunta de Educação

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG
-27-Mar-2026-12:05-065866-1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NÚCLEO DE ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL

PLANO DE AÇÃO

ANO 2026

CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete - MG

Leandro Tadeu Murta Reis Chagas

Vice - prefeito

Marcelo de Assis Pereira

Secretário de Educação de Conselheiro Lafaiete

Cirley José Henriques

Secretária Adjunta de Educação de Conselheiro Lafaiete

Flávia Resende Gonzaga Silva

Equipe

Camilla de Carvalho Felicori

Psicóloga - CRP 04/77550

Maurilena dos Santos de Souza Queiroz

Assistente Social - CRESS 8487 / MG - 6ª Região

Michel de Rezende Costa

Psicólogo - CRP 04/44504

Vanda Lúcia Godinho

Assistente Social - CRESS 9825 / MG - 6ª Região

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

Parte 1 - Mapeando a Travessia: onde estamos e para onde vamos? 9

1- Construindo a nossa história.... 10

1.1- Conselheiro Lafaiete - fortalecendo a base e a aposta no futuro 11

1.2- Um trabalho em rede..... 12

1.2.1- Apontamentos da dimensão social das escolas municipais 16

1.3 - Mapeamento da realidade psicossocial do município 19

1.4 - A Psicologia e o Serviço Social no sistema educacional. 36

1.4.1 - Objetivos do Núcleo de Acolhimento Psicossocial 40

1.5 - O Núcleo de Acolhimento Psicossocial (NAP) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) 41

1.6 - A APAE e sua importância nas políticas de inclusão do município 43

Parte 2 - Práticas em Movimento 46

2.1 - Ações prioritárias para 2026 48

Parte 3 - Do Papel à Prática: indicadores para monitoramento do trabalho 61

3.1- Monitoramento dos Indicadores do Acolhimento Psicossocial 65

Parte 4 - Considerações finais 73

REFERÊNCIAS 76

Anexos 78

Anexo 1 - Avaliação Imediata de Riscos no contexto escolar - Saúde Mental 78

Anexo 2 - Avaliação imediata de contextos de vulnerabilidade socioassistencial - Proteção Social 80

Anexo 3 - Formulário de Encaminhamento Escolar para os serviços da rede de saúde e da proteção social 84

Anexo 4 - Formulário de Estudo de Caso – Reunião Pedagógica 88

INTRODUÇÃO

A construção de um plano de ação envolve um conjunto de articulações que acontece no diálogo e no compartilhamento de experiências com toda a comunidade escolar e com a sociedade. Ela é resultante do início da atuação das profissionais do Serviço Social e da (do) profissional de Psicologia em conjunto com os gestores da Secretaria Municipal de Educação, os quais reafirmam a importância da mediação do acolhimento psicossocial na compreensão de fenômenos que cercam os processos de ensino-aprendizagem. Conforme nos recorda Paulo Freire (2017), educar não é simplesmente um processo de transmissão de informações e o aluno um receptáculo de conteúdos. Educar envolve processos dialógicos e de pertencimento à comunidade. O saber é produzido no encontro de experiências e na capacidade de despertar os diversos atores para processos sócio-transformadores no território em que se insere a instituição escolar.

Um plano se traduz como uma atividade coletiva e de ordenamento com o que se deseja dentro do campo educacional. Sua realização de modo isolado e pontual pode fragilizar os processos educacionais já empreendidos. Por outro lado, ações sistêmicas e que envolvem uma multiplicidade de atores sociais potencializa o trabalho realizado e realmente faz da educação um lugar de produção de autonomia e de valores fundamentados no coletivo. O cerne da excelência educacional reside na sua capacidade de ser um espaço vivo, respirando as experiências e anseios de todos que o compõem. A construção de um Plano de Ação no campo educacional, portanto, transcende a mera organização burocrática; ela se consolida como uma atividade inerentemente coletiva, articulada no diálogo e no compartilhamento sistêmico de experiências entre toda a comunidade escolar e a sociedade.

As ações isoladas e pontuais inevitavelmente fragilizam os avanços já conquistados. Em contrapartida, o engajamento de uma multiplicidade de atores sociais – gestores, coordenadores, professores, analistas, alunos e a comunidade em geral – potencializa o trabalho e estabelece a educação como um verdadeiro vetor de autonomia e de valores coletivos. Elisa Lucinda em um poema intitulado "Poema dos coletivos" inicia-o com os seguintes versos - "Valham-me meus plurais!/ A elegância dos coletivos que me deflora." Em especial, no caso da educação é fundamental articular nos coletivos que defloram em cada ação desenvolvida pelas

equipes locais. Essa "elegância dos coletivos" é vital! Não é possível uma ação no âmbito psicossocial e conforme preconizada pela Lei nº 13.935/2019 sem esses coletivos. Elisa Lucinda, ainda, escreve "mais nada de mim levarás sem que eu vá também junto". A escola, como política pública presente no cotidiano de cada criança e de cada adolescente, tem às vezes nesse ambiente a única mediação para poder externalizar e organizar suas vivências. Nesse sentido, destacamos a importância da política educacional como uma ferramenta potente para a construção de cidadania e de interlocução diante dos múltiplos desafios que cercam nossas comunidades.



Neste panorama, o Plano de Ação que se segue é concebido com a participação como sua palavra-chave. Ele ecoa e materializa o que está preconizado na Lei nº 13.935/2019, que estabelece a atuação de equipes multiprofissionais, determinando que: "As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais." (§ 1º, Art. 1º). O plano que será detalhado a seguir é fruto dessa visão ampliada, sendo cuidadosamente elaborado com base nas percepções e nas necessidades identificadas por todos os atores envolvidos, garantindo que a ação seja reflexo do coletivo que a sustenta.

Este plano é constituído de quatro partes. A primeira é uma análise conjuntural do sistema municipal educacional. Ele foi organizado de acordo com os dados do Censo escolar e questionário respondido pelos diretores de creches e de escolas. A segunda parte está estruturada a partir do diagnóstico realizado e lança as diretrizes das ações a serem desenvolvidas pelo Núcleo de Acolhimento Psicossocial da Secretaria Municipal de Educação. Na terceira parte, há os indicadores a serem monitorados e que compõem o campo avaliativo das ações implementadas. Por fim, a quarta parte é a considerações finais deste documento.

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento a todos que participaram da fase de elaboração deste plano. Em especial, os seguintes estabelecimentos que responderam ao questionário de mapeamento das realidades locais: Centro de Educação Infantil Maria da Glória Dias Ribeiro; Centro de Educação Infantil Profª Helena da Cruz Chaves; Centro de Educação infantil Augusta Paulina do Nascimento; Centro de Educação Infantil Dona Mariinha Biagioni; Centro de Educação Infantil Geraldo de Assis Zebral; Centro de Educação Infantil Gertrudes Cops; Centro de Educação Infantil Josepha de Melo Brandão; Centro de Educação Infantil Monsenhor Antônio José Ferreira; Centro de Educação Infantil Riccardo Medioli; Centro de Educação Infantil Vereador Juquita Vieira; Escola Municipal Arnaldo Rodrigues Pereira; Escola Municipal Vereador Alfredo Laporte; Escola Municipal Vereador Alfredo Mafuz; Escola Municipal Deputado Ely Franco Ribeiro; Escola Municipal Dr. Rui Pena - CAIC; Escola Municipal Jadir Pinto de Azevedo; Escola Municipal José Castellões de Menezes; Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca; Escola Municipal Paraiso da Criança - Amaro Ribeiro; Escola Municipal Paraiso da Criança - Buarque de Macedo; Escola Municipal Prof Luiz Radamés de Araújo; Escola Municipal Paraíso da Criança - Sagrado Coração de Jesus; Escola Municipal Sebastião Pereira da Fonseca; Escola Municipal Vereador José Aleixo; Escola Municipal Arnaldo Rodrigues Pereira; Escola Municipal Júlia Miranda Nogueira; Escola Municipal Padre José Lobo da Silveira; Escola Municipal Paraíso da Criança - Cachoeira; Escola Municipal Prefeito Pedro Silva; Escola Municipal Professor Doriol Beato; Escola Municipal Professor Luiz Carlos Gomes Beato; Escola Municipal Professor Olavo Mendes Brandão; Escola Municipal Professora Maria Serafina Peixoto; Escola Municipal Professora Nilce Moreira; Escola Municipal Romeu Guimarães. A colaboração da comunidade escolar foi fundamental, pois sem o envolvimento ativo e sem as contribuições, seria

imensamente difícil alcançar a profundidade das reflexões que estão aqui registradas. Como nos recorda Paulo Freire, um verdadeiro plano no campo educacional ocorre mediante uma escuta genuína e verdadeira. Queremos sempre fazê-la junto com a comunidade escolar. Sozinhos somos frágeis e limitados, unidos, somos fortes e capazes de responder aos desafios do campo educacional.

> É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de "endereçar-se" até sonhos, ideais, utopias e objetivos, (...). Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. Mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. (Paulo Freire. **Pedagogia da Autonomia,** 1996.)



Fonte: Ilustração Marcela WBR, https://www.pan-horamarte.com.br/2021/05/mais-educacao-libertadora-menos-escravidao-contemporanea/

COMPROMISSO

Garantir o desenvolvimento integral e o bem-estar da comunidade escolar, promovendo as condições básicas para uma educação emancipadora. Fazemos isso articulando as redes de proteção (Saúde e Assistência Social) e outras políticas públicas com as práticas pedagógicas, assegurando um ambiente educacional seguro, fundamentado na cultura de paz, inclusivo e de respeito às diversidades.

VALOR

ACOLHIMENTO.

O acolhimento é a prática da escuta ativa, da empatia e da ação sem julgamento. É o que permite ao Núcleo de Acolhimento Psicossocial identificar as demandas de alunos, de pais, de educadores e de toda a comunidade escolar, mediar conflitos , articular a rede de saúde e da assistência social e promover a inclusão, tratando cada indivíduo em sua integralidade.

Parte 1

Mapeando a Travessia: onde estamos e para onde vamos?

1-Construindo a nossa história....

Conselheiro Lafaiete encontra-se estrategicamente situada na região Sudeste do Brasil, integrando o estado de Minas Gerais (MG) e posicionando-se na área conhecida como Alto Paraopeba. De acordo com a divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade é classificada como o centro da sua própria Região Geográfica Imediata (é referência de suporte nas políticas públicas de muitos municípios limítrofes), estando inserida na Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte. Em termos de contexto físico, a paisagem é tipicamente montanhosa, característica marcante da Serra da Mantiqueira e do relevo do estado. O clima predominante é o Tropical de Altitude, que proporciona temperaturas médias anuais amenas. O município faz parte de uma área de drenagem que contribui para a bacia do Rio São Francisco. Dessa forma, Conselheiro Lafaiete ocupa uma posição de destaque no cenário regional de Minas Gerais, sendo um polo urbano e econômico relevante na macrorregião Central.

O Censo IBGE de 2022 revelou que a população saltou para 131.621 habitantes, indicando uma concentração significativa e uma dinâmica urbana complexa, com uma densidade de 355,50 hab/km². Este crescimento populacional é um reflexo do seu polo de atratividade regional. Em termos de qualidade de vida, o município alcançou uma marca notável: o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), posicionou Lafaiete com 0,761 na última medição disponível (IBGE, 2010). Este patamar é um testemunho de que o município demonstra excelência em longevidade e renda.

A educação é, inegavelmente, a espinha dorsal do progresso. Em Lafaiete, a busca pelo conhecimento é quase universal no Ensino Fundamental, com uma taxa de escolarização de 98,81% para a faixa etária de 6 a 14 anos (IBGE, 2022). Este número mostra que "o direito de aprender está sendo assegurado à grande maioria" (referência indireta ao Art. 205 da Constituição Federal). Conselheiro Lafaiete é uma cidade que equilibra o crescimento populacional com o avanço social, enfrentando os desafios em consolidar as políticas públicas como ferramentas para a superação das desigualdades econômicas.

1.1- Conselheiro Lafaiete - fortalecendo a base e a aposta no futuro

A rede municipal de ensino de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, apresenta um cenário de excelência na base e desafios estruturais nas etapas finais do Ensino Fundamental, conforme evidenciado pelos dados do INEP (IDEB, 2021):

A) Fortalecendo a Base: Creche e Anos Iniciais - A Educação Infantil (0 a 5 anos) representa o investimento inicial no desenvolvimento humano. O município administra ativamente a demanda por vagas em suas Creches e Centros de Educação Infantil por meio de cadastramento escolar. Embora a demanda social por creches (0-3 anos) persista, como indicado por estudos que apontam para uma alta necessidade de expansão, a gestão busca otimizar a oferta existente.

B) No Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) - a rede municipal atinge um patamar notável de qualidade. O IDEB (2021) para esta etapa foi de 6,7, superando consistentemente a meta projetada. Esse resultado reflete um trabalho pedagógico eficaz, que garante que a maioria dos alunos atinja o aprendizado adequado e mantenha um fluxo escolar saudável, com altas taxas de aprovação, como demonstrado pelo desempenho de escolas individuais que alcançaram notas acima de 7,0 no indicador.

C) A aposta no futuro: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) - A transição para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) é o principal ponto de atenção na rede municipal. O aumento do número de alunos matriculados nos anos finais reflete o crescimento populacional e a alta taxa de escolarização (98,81% da população de 6 a 14 anos) coloca a rede municipal sob pressão. Essa concentração populacional exige estratégias específicas para garantir a qualidade do ensino. A educação municipal tem focado em uma formação que se preocupa em preparar para os desafios da vida. O objetivo é claro: garantir que o grande número de jovens que concluem o 9º ano não apenas tenham proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, mas que desenvolvam as competências necessárias para a cidadania plena e continuem os estudos nas etapas subsequentes.

D) Educar e Inovar: Ensino Médio - ainda, é importante destacar que o município oferta o Ensino Médio na Escola Municipal Napoleão Reis. Ela preserva a tradição em preparar adolescentes conectados com as demandas do mercado de trabalho nessa fase da educação básica. O projeto político-pedagógico desta etapa

está fundamentado com as mudanças recentes do Ensino Médio e com a necessidade de ofertar conteúdos curriculares que visam desenvolver as habilidades dos estudantes e amadurecer para o uso consciente das tecnologias disponíveis.

1.2- Um trabalho em rede...

A inclusão de assistentes sociais e de psicólogos nas escolas públicas, amparada por uma política pública, é um marco recente e transformador no cenário educacional. Embora o tema ainda esteja em fase de discussão e de conhecimento para a comunidade escolar, os primeiros passos concretos já foram dados, sinalizando um compromisso firme com a construção de uma educação com um olhar integral para o aluno e seu contexto. É importante destacar: **A) A fase atual é de construção e de esclarecimento:** Neste momento, estamos passando por um período de intenso esclarecimento e construção conjunta. Este processo é fundamental para garantir a correta implementação e a efetivação da lei na rede municipal de educação. **B) o novo papel na educação:** O ponto central desta política é o reconhecimento desses profissionais como integrantes essenciais da equipe educacional, e não apenas como prestadores de serviço clínico ou assistencial. **C) O foco no processo educacional e no bem-estar:** É fundamental desmistificar e evitar vincular o trabalho da categoria somente ao atendimento clínico individual ou à assistência social. O foco principal é a contribuição para o processo de ensino-aprendizagem e o bem-estar coletivo na escola.

Essa iniciativa demonstra o avanço em direção a uma educação que compreende o aluno de forma completa, considerando seus aspectos sociais, emocionais e familiares, o que é vital para o seu sucesso acadêmico e desenvolvimento pleno. Segundo dados do Censo educacional de 2024, dos 91 estabelecimentos de ensino existentes no município, 41 são de responsabilidade do município.

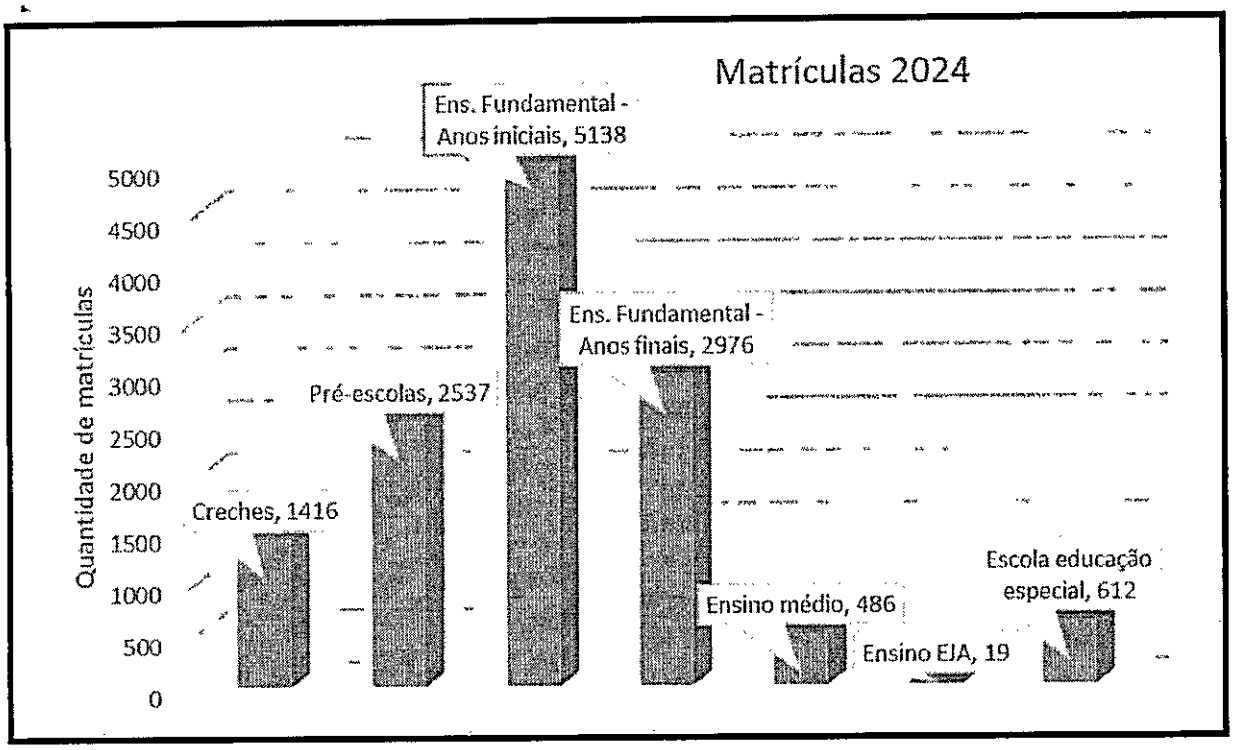
Segue a relação dos estabelecimentos de ensino que constam no Censo Escolar e levantamento do mapeamento realizado:

Nome da escola
Centro de Educação Infantil Geraldo de Assis Zebral
Centro de Educação Infantil Professora Helena da Cruz Chaves

Centro de Educação Infantil Augusta Paulina do Nascimento
Centro de Educação Infantil Avelina Maria Noronha de Almeida
Centro de Educação Infantil Dona Mariinha Biagioni
Centro de Educação Infantil Elza de Carvalho Bruno
Centro de Educação Infantil Gertrudes Cops
Centro de Educação Infantil Josepha de Melo Chaves Brandão
Centro de Educação Infantil Maria da Gloria Dias Ribeiro
Centro de Educação Infantil Monsenhor Antônio José Ferreira
Centro de Educação Infantil Riccardo Medioli
Centro de Ref. Munic. em Educação Infantil Vereador Juquita Vieira - Proinfância
Escola Municipal Arnaldo Rodrigues Pereira
Escola Municipal Deputado Ely Franco Ribeiro
Escola Municipal Doutor Rui Pena - CAIC
Escola Municipal Jadir Pinto de Azevedo
Escola Municipal Jair Noronha
Escola Municipal José Castellões de Menezes
Escola Municipal Júlia Miranda Nogueira
Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca
Escola Municipal Marinho Fernandes
Escola Municipal Meridional
Escola Municipal Napoleão Reis
Escola Municipal Padre José Lobo da Silveira
Escola Municipal Paraiso da Criança - Amaro Ribeiro
Escola Municipal Paraiso da Criança - Cachoeira
Escola Municipal Paraiso da Criança - Buarque de Macedo
Escola Municipal Paraiso da Criança - Sagrado Coração de Jesus
Escola Municipal Pedro Rezende dos Santos

Escola Municipal Professor Doriol Beato
Escola Municipal Professor Luiz Carlos Gomes Beato
Escola Municipal Professor Luiz Radamés de Araújo
Escola Municipal Professora Maria Serafina Peixoto
Escola Municipal Professor Olavo Mendes Brandão
Escola Municipal Professora Nilce Moreira
Escola Municipal Romeu Guimarães
Escola Municipal Sebastião Pereira da Fonseca
Escola Municipal Vereador Alfredo Laporte
Escola Municipal Vereador Alfredo Mafuz
Escola Municipal Vereador José Aleixo de Matos

O quantitativo de matrículas que a rede de ensino municipal registrou em 2024 é mais do que uma simples contagem de números; é o termômetro da confiança da comunidade. Segundo o Censo de 2024, havia na rede municipal 12.098 alunos matriculados nas diversas etapas da educação básica. Cada estudante matriculado representa uma família que deposita sua esperança e o futuro de seu filho na qualidade e na capacidade da instituição em oferecer um ambiente de aprendizado acolhedor e eficaz. Este volume expressivo de novos alunos, contabilizado em 2024, evidencia a robustez e a expansão da rede municipal de ensino. Não se trata apenas de absorver a demanda, mas sim de sustentar uma estrutura que atende a uma ampla diversidade de necessidades e de talentos. É a prova material do compromisso crescente da gestão com a educação, garantindo que o direito fundamental ao saber alcance cada vez mais famílias e cidadãos no município.



Ao aprofundar sobre o quantitativo de estudantes atendidos atualmente dentro da rede de ensino, é importante compreender o perfil sociodemográfico da população atendida. É exatamente para isso que usamos o Indicador Sintético de Necessidade de Suporte (realizado pelo IEDE[1], com dados do Censo Escolar/INEP). Mais do que um conjunto de números, ele funciona como um mapa, classificando as escolas para orientar a formulação de políticas educacionais.

O indicador analisa três pilares centrais: aprendizado, insumos e o pilar social. Para tornar essa análise visual e prática, ele utiliza um sistema de classificação que sinaliza o grau de necessidade de cada escola: ● Vermelho: Alerta máximo. Escolas com a maior necessidade de suporte. ● Amarelo: Atenção. Escolas com necessidade média de suporte. ● Verde: Situação mais estável. Escolas com a menor necessidade de suporte.

Neste relatório, a dimensão social é o ponto de partida. Ela mergulha no perfil socioeconômico e na composição étnico-racial dos estudantes, revelando contextos de vulnerabilidade. A Dimensão Social do indicador é fundamental para promover a equidade, focando o suporte em estudantes que enfrentam barreiras históricas,

[1] IEDE - Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional . Disponível em: https://qedu.org.br/desigualdades/3118304-conselheiro-lafaiete. Acesso em: 12 de novembro de 2025

como os de baixo nível socioeconômico (NSE) e os pretos, pardos e indígenas (PPI), que tendem a ter menos oportunidades educacionais fora da escola.

1.2.1- Apontamentos da dimensão social das escolas municipais

As tabelas a seguir mostram como as escolas estão distribuídas nesse espectro de vulnerabilidade social, permitindo identificar as áreas de maior necessidade e como podemos trabalhar com as equipes das escolas e com outras políticas públicas desenvolvidas na comunidade para melhorar os índices e os resultados.

Tabela 1 - Anos iniciais - Ensino Fundamental (Fonte: Censo IDEB e INSE[2])

DIMENSÃO SOCIAL	Situação Social	Nível socioeconômico	Cor raça
Escola Munic. Júlia Miranda Nogueira			
Escola Munic. Romeu Guimarães			
Escola Munic. Jair Noronha			
Escola Munic. Meridional			
Escola Munic. Professor Doriol Beato			
Escola Munic. Professora Nilce Moreira			
Escola Munic. Professor Luiz Carlos Gomes Beato			
Escola Munic. Doutor Rui Pena - CAIC			
Escola Munic. Marinho Fernandes			

[2] INSE - Indicador de Nível Socioeconômico elaborado pelo INEP a partir do questionário socioeconômico do SAEB (2024). Conta na lista somente as escolas contempladas no relatório elaborado pelo INEP.

Escola Munic. José Castellões de Menezes			
Escola Munic. Vereador José Aleixo de Matos			
Escola Munic. Marechal Deodoro da Fonseca			
Escola Munic. Vereador Alfredo Laporte			
Escola Munic. Professor Olavo Mendes Brandão			
Escola Munic. Deputado Ely Franco Ribeiro			
Escola Munic. Pedro Rezende dos Santos			
Escola Munic. Jadir Pinto de Azevedo			

Tabela 2 - Anos finais - Ensino Fundamental (Fonte: Censo IDEB e INSE)

DIMENSÃO SOCIAL	Situação Social	Nível socioeconômico	Cor raça
Escola Munic. Arnaldo Rodrigues Pereira			
Escola Munic. Jair Noronha			
Escola Munic. Meridional			
Escola Munic. Napoleão Reis			
Escola Munic. Professor Doriol Beato			
Escola Munic. Professora Nilce Moreira			
Escola Munic. Professor Luiz Carlos Gomes Beato			

Escola Munic. Doutor Rui Pena - CAIC			
Escola Munic. Marinho Fernandes			
Escola Munic. Vereador José Aleixo de Matos			

Tabela 3 - Ensino Médio (Fonte: Censo IDEB e INSE)

DIMENSÃO SOCIAL	Situação Social	Nível socioeconômico	Cor raça
Escola Munic. Napoleão Reis			

Os resultados apresentados na Dimensão Social não devem ser interpretados como um julgamento da qualidade intrínseca da escola, mas sim como um mapa da vulnerabilidade estrutural que a afeta. Um farol vermelho ou amarelo não significa que a escola 'falhou', mas sim que ela atende a uma população que enfrenta barreiras sistêmicas (como o baixo nível socioeconômico ou o racismo) que exigem um suporte diferenciado e prioritário por parte de toda a equipe escolar e os serviços presentes no território. Estes dados são, portanto, o ponto de partida para a nossa ação, indicando onde o apoio psicossocial e as políticas de equidade são mais urgentes, pois é nesses contextos que o sofrimento e os obstáculos à aprendizagem se manifestam com maior intensidade.

Na educação, a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza (como um fator econômico isolado), embora esteja ligada a ela. O conceito é mais amplo: refere-se à exposição de estudantes, escolas ou territórios a um conjunto de fatores de risco que aumentam a probabilidade de fracasso ou evasão escolar. Um aluno em vulnerabilidade é aquele cujas condições de vida (sociais, raciais, econômicas) impõem barreiras significativas ao seu direito de aprender.

A análise da vulnerabilidade é o primeiro passo para criar políticas públicas direcionadas. Sem ela, gestão, diretores, analistas, professores e toda a comunidade escolar atuam sem coordenação, muitas vezes reforçando desigualdades diante de dificuldades para implementar estratégias específicas de

apoio e de suporte ao estudante. O combate à vulnerabilidade educacional exige uma ação coordenada e intersetorial e pode envolver outras políticas públicas presentes no território como a saúde e a assistência social. Dentro das estratégias para trabalhar os indicadores discutidos neste tópico sugere-se:

1- Promover um ambiente acolhedor, seguro e que combata ativamente o racismo, o *bullying* e outras formas de discriminação.

2- Auxiliar profissionais da educação a estruturar intervenções de suporte direcionado para alunos com defasagem de aprendizado.

3- Identificar e realizar o acompanhamento dos alunos que estão com baixa frequência escolar ou que abandonaram a escola, entendendo os motivos e buscando soluções junto à família.

4- Trazer a comunidade para dentro da escola, valorizando seus saberes e criando uma rede de apoio mútua.

1.3 - Mapeamento da realidade psicossocial do município[3]

De acordo com os resultados do Mapeamento da Realidade Psicossocial das Escolas Municipais de Conselheiro Lafaiete é possível identificar situações que podem ser objeto de intervenção e se tornar prioritárias para as ações a serem desenvolvidas durante o ano de 2026. A interpretação dos resultados foca em dez grandes eixos, a saber:

1.3.1. Organização do Ensino: Os dados indicam que o universo pesquisado é composto predominantemente por instituições focadas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (I e II). A oferta de Ensino Médio é uma exceção dentro deste grupo específico. Grande parte da educação infantil é ofertada nos períodos da manhã e/ou tarde, do Ensino Fundamental I concentrando-se no período da tarde e do Ensino Fundamental II no período da manhã. Um quantitativo de 1113 (mil, cento e treze) alunos encontram-se matriculados em jornada integral. O universo pesquisado, composto por instituições focadas majoritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, enfrenta um desafio central: a demanda crescente por apoio à inclusão. Foi identificado um total de 489 alunos com necessidades

[3] Os números apresentados nesta seção correspondem às escolas que responderam ao questionário e constam na introdução deste documento. Considerando estabelecimentos educacionais que possuem Unidades I e II, os resultados foram contabilizados em separado.

especiais, transtornos de aprendizagem ou do neurodesenvolvimento. Este número valida a percepção da rede escolar de que os casos têm aumentado, exigindo uma reorganização pedagógica e psicossocial para atender adequadamente às especificidades de cada estudante, que vão desde o suporte básico de vida diária até a complexa mediação pedagógica e social. A análise dos recursos disponíveis revela um aumento entre a demanda e a capacidade de atendimento. A rede das escolas pesquisadas conta em dezembro de 2025 com 376 monitores e profissionais de apoio. Eles são responsáveis pelo atendimento direto a 426 alunos. Isso demonstra que a proporção de atendimento não é individualizada (sendo a média de 1,13 aluno por monitor). Outros 63 alunos são identificados com necessidade pedagógica diferenciada e estão atualmente sem o suporte direto de um profissional dedicado, criando uma ausência de cobertura de 12,9%. Sobre essa situação, o que deve ser refletido no contexto educacional é a importância dos **estudos de caso (realizado em conjunto com o AEE - Atendimento Educacional Especializado)** para verificar a necessidade de profissional de apoio, ou ainda, quais outros recursos necessários para a inclusão e um olhar integral sobre esse aluno.

Este cenário de apoio à inclusão se desenrola em um contexto em que a rede já gerencia alunos em jornada integral, o que intensifica a necessidade de suporte contínuo ao longo do dia. Destaca-se que os profissionais existentes precisam gerenciar múltiplos alunos e demandas complexas (cuidados, pedagogia e emoção). Conclui-se que o sistema precisa de um melhor ordenamento das ações em vista de aproveitamento mais adequado dos profissionais e dos outros recursos existentes que potencializam as práticas de ensino. O profissional de apoio deve ser compreendido como um recurso e não como a única saída para as demandas pedagógicas dos alunos com necessidades específicas.

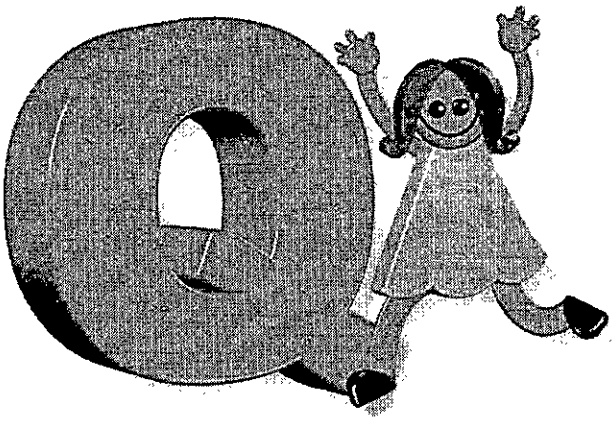
Grande parte dos profissionais já realizam trabalhos fundamentais para propiciar as adaptações necessárias. Por exemplo, as escolas que não possuem Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), têm desenvolvido diferentes estratégias para garantir o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. A prática mais comum é a adaptação pedagógica dentro da própria sala de aula regular, com a elaboração e aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI), adequações curriculares e de materiais, além do uso de atividades lúdicas, jogos e avaliações diferenciadas integradas à rotina da turma. Paralelamente, muitas

instituições articulam-se com a rede para assegurar o atendimento especializado, encaminhando os alunos para escolas-polo que dispõem de SRM ou recebendo acompanhamento por meio do AEE itinerante, incluindo, ainda, projetos municipais específicos para o atendimento em creches. Diante da ausência de um espaço próprio, diversas escolas improvisam ambientes alternativos, utilizando bibliotecas, brinquedotecas, pátios e até salas administrativas para atividades diferenciadas ou de regulação, chegando até a criar pequenos espaços adaptados, como salas de estimulação e de regulação. O suporte de recursos humanos também se torna essencial, com forte atuação de monitores de apoio, professores regentes e docentes responsáveis pela recomposição da aprendizagem, que assumem a mediação individualizada dos estudantes. Deve-se observar ainda a legislação vigente e as parcerias de trabalho com o campo da saúde e da assistência social.

1.3.2 - Situação dos alunos com necessidade de atendimento educacional especializado - Atualmente, 31,4% das escolas possuem salas e recursos para atendimento especializado de alunos com necessidades específicas. As que não possuem recorrem a processos de adaptação no turno da escola e/ou encaminhamento no contraturno para trabalhar necessidades específicas. Verifica-se que as respostas revelam um panorama claro e multifacetado das necessidades dos alunos que demandam apoio profissional (monitores) no ambiente escolar. As respostas indicam que este público é composto majoritariamente por alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual (DI) e, em menor grau, deficiências sensoriais (Visual/ Auditiva), deficiências motoras ou múltiplas (Síndrome de Down). As necessidades descritas pelos respondentes podem ser agrupadas em três macro categorias centrais:

a) Necessidades de Cuidado e Atividades de Vida Diária (AVDs) - auxílio na alimentação (suporte para comer); auxílio na higiene (uso do banheiro, escovação); troca de fraldas; auxílio na mobilidade e deslocamento pela escola; monitoramento da segurança na entrada e saída. O profissional de apoio, neste contexto, atua como o garantidor do direito de estar na escola com dignidade. Sem esse suporte, o aluno estaria fisicamente presente, mas em condição de vulnerabilidade e desconforto, o que inviabilizaria qualquer processo pedagógico ou social. Trata-se do pilar fundamental da inclusão: garantir a presença segura.

b) Mediação Pedagógica e acesso ao currículo que envolve o apoio na realização das atividades escolares/pedagógicas; mediação do conteúdo (atuar como "facilitador"); suporte para alunos não verbais (comunicação); auxílio ledor (para deficiência visual); intérprete de libras; suporte em atividades adaptadas e individualizadas e apoio em salas especializadas (sala de recursos) e com o professor regente. Esse quesito é primordial e foca no acesso ao conhecimento e na realização das atividades pedagógicas. Dele, depreende-se algo fundamental e que precisa ser acompanhado pelos profissionais mais próximos do discente atendido. É fundamental responder pelo PEI - Plano Educacional Individualizado e pelos planejamentos executados pela sala de recurso e com a equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Aqui, entramos no campo do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O profissional de apoio funciona como mediador entre o aluno e o objeto de conhecimento. A necessidade do aluno não é de um "segundo professor", mas de uma ferramenta de acessibilidade humana. O monitor "traduz" a comanda do professor, oferece o suporte físico para a escrita, atua como seus olhos (ledor), como mediador linguístico (intérprete de libras) ou sua voz (mediação da comunicação). As respostas "adequação curricular" e "atividades adaptativas" são cruciais. Elas mostram a necessidade de o monitor executar o Plano Educacional Individualizado (PEI), que deve ser desenhado pelo professor regente e pela equipe do AEE (Atendimento Educacional Especializado). O monitor não cria a adaptação, mas é o principal agente que aplica essa adaptação na rotina da sala de aula, garantindo que o aluno acesse o currículo.



c) Mediação Social e Regulação Sócio Emocional que envolve necessidades identificadas; socialização; mediação de conflitos / convivência com os colegas; apoio na interação e participação em atividades coletivas; estratégias para regulação sensorial e emocional (muito ligado ao Transtorno do Espectro Autista); estímulo à autonomia; apoio emocional. As práticas de inclusão defendem que o desenvolvimento cognitivo depende da interação social. O isolamento é a maior barreira à aprendizagem. Os alunos (especialmente com Transtorno Espectro

Autista, Deficiência Intelectual e Transtorno Opositor Desafiador) necessitam de um regulador externo. O monitor, neste âmbito, em específico, atua como mediador social, pois facilita a aproximação dos colegas, "traduz" as regras sociais não ditas, previne o isolamento e medeia conflitos, garantindo que o aluno não apenas esteja na sala, mas que pertença ao grupo. Também, como corregulador emocional em que momentos de sobrecarga sensorial ou desregulação emocional (crises), o monitor é o "porto seguro" que oferece o suporte para o aluno se reorganizar. O objetivo final dessa mediação, como bem apontado em uma resposta, é o "treino de autonomia". O monitor não deve fazer pelo aluno, mas fazer com o aluno, retirando o apoio gradualmente à medida que o aluno desenvolve suas próprias habilidades de autorregulação e interação. Importante destacar que é preciso pensar uma rede de apoio sendo o monitor uma peça essencial, mas não única, no complexo processo de inclusão.

Com relação a essas demandas específicas, há a necessidade de a gestão escolar adotar uma postura proativa, ética e legalmente fundamentada, garantindo inclusão e atendimento às necessidades específicas do aluno. A escola é lugar para todas as crianças e para todos os adolescentes independente de seu laudo ou diagnóstico. As diferentes formas de intervenção pedagógica não devem comprometer a equidade educacional. A intervenção adequada envolve a promoção de Estudo de Caso, integrando o núcleo de acolhimento psicossocial, setores do Atendimento Pedagógico Especializado, a analista educacional, a coordenação e o professor, para elaborar e pactuar adaptações curriculares e de avaliação que atendam às necessidades do aluno. Essa abordagem permite que as adaptações sejam formalizadas, monitoradas e contextualizadas às necessidades do estudante, alinhadas à legislação de inclusão, evitando interpretações de "privilégio" e fortalecendo a prática pedagógica inclusiva. Ao priorizar o diálogo intersetorial, a gestão assegura respeito aos direitos do aluno e à função social da escola, promovendo equidade por meio de ajustes individualizados dentro do ambiente escolar.

1.3.3. Evasão, Busca Ativa e Estrutura de Atendimento: As escolas apontam que o principal indicador utilizado para monitorar o risco de abandono ou evasão escolar é a frequência diária ou mensal dos alunos, registrada na chamada. Essa é a ferramenta mais recorrente e, em muitos casos, praticamente a única forma de

acompanhamento sistemático. Em menor escala, algumas unidades também observam o desempenho acadêmico, especialmente quando há baixo rendimento ou repetência. Quanto às causas da evasão, prevalecem os fatores socioeconômicos, como pobreza, necessidade de trabalhar e demandas de apoio à renda familiar. Também aparecem com frequência causas pedagógicas, relacionadas à dificuldade de aprendizagem, desmotivação pelo currículo e histórico de repetência, além de fatores contextuais, como gravidez na adolescência, violência urbana e dificuldade de transporte. Em menor número, surgem causas relacionais, como *bullying*, racismo, capacitismo e conflitos com professores, evidenciando que a evasão escolar é um fenômeno multifacetado e diretamente relacionado às desigualdades sociais e educacionais.

No que se refere às estratégias de busca ativa, as escolas concentram seus esforços principalmente no contato telefônico ou em visitas domiciliares realizadas por professores ou por analistas, ação amplamente predominante e tratada como a primeira tentativa de reaproximação da família. O encaminhamento formal ao Conselho Tutelar aparece em segundo lugar, sendo acionado especialmente quando as tentativas de contato não surtem efeito. Em menor escala, algumas escolas relatam ações da equipe pedagógica voltadas a remover barreiras sociais ou estabelecer articulações com a rede intersetorial, ainda que tais práticas não sejam generalizadas. Observam-se, ainda, menções pontuais ao envio de notificações e à exclusão após o prazo legal, demonstrando que, em certos contextos, a busca ativa carece de estruturação suficiente.

Os dados referentes ao número de encaminhamentos ao Conselho Tutelar mostram grande variação entre as escolas: enquanto algumas não registram nenhum caso, por realizarem busca ativa mais intensa, outras apresentam entre três e doze encaminhamentos ao ano. De modo geral, o acionamento do Conselho Tutelar se mantém como uma medida de última instância, reforçando a centralidade da comunicação direta com as famílias como principal estratégia de enfrentamento da evasão.

Entretanto, à luz das discussões do Ministério da Educação (MEC) e dos principais pesquisadores da área – como aqueles vinculados ao Observatório da Evasão Escolar –, percebe-se um descompasso importante entre o que as escolas monitoram, as causas que identificam e as ações que implementam. A literatura especializada reforça que a evasão não é um evento súbito, mas um processo

gradual, marcado por "sinais de alerta" que ultrapassam a simples queda na frequência. Para o MEC (IEDE, 2025), enfrentar a evasão exige uma abordagem intersetorial e uma política de permanência que considere assistência social, transporte, alimentação, apoio pedagógico e clima escolar – dimensões ainda pouco presentes nas práticas relatadas.

Além disso, pesquisadores destacam que monitorar apenas a frequência é insuficiente para captar a complexidade do problema. Indicadores como engajamento, vínculos socioemocionais, participação nas atividades, percepção de pertencimento e trajetória acadêmica deveriam compor um sistema mais robusto de acompanhamento do estudante, algo que as escolas ainda não têm condições de realizar plenamente. Também se observa que, embora as causas socioeconômicas apareçam como as mais determinantes, as estratégias escolares permanecem centradas em ações burocrático-instrumentais, como ligações, visitas e encaminhamentos ao Conselho Tutelar, sem avançar significativamente para ações estruturantes de apoio à permanência.

A maioria das escolas não possui um programa estruturado de acolhimento para alunos que retornam após evasão. Predominam práticas informais, resumidas a uma conversa com direção ou coordenação, o que é insuficiente diante das possíveis dificuldades pedagógicas, socioeconômicas e emocionais desses estudantes. Uma parte menor das escolas dispõe de protocolos formais com suporte pedagógico e psicossocial, alinhados às orientações do MEC e da pesquisa educacional, enquanto outras apenas rematriculam o aluno ou, em casos extremos, nem prevêem o retorno após a evasão. Em síntese, os dados mostram que o acolhimento ainda é frágil e pouco sistematizado, revelando a necessidade de políticas mais robustas para garantir a permanência e reinserção efetiva dos estudantes.

A reflexão crítica que emerge desse conjunto de dados aponta, portanto, para a necessidade de fortalecer políticas integradas e programas de permanência escolar que não recaiam exclusivamente sobre a escola e seus profissionais. A pergunta que deve sustentar a reflexão nessa parte é sobre a articulação com os direitos sociais, programas de permanência na assistência social que favoreçam a assiduidade e diminua a evasão escolar. As orientações nacionais enfatizam que a evasão deve ser enfrentada não apenas com mecanismos de controle da presença, mas com ações articuladas que combatam desigualdades, ofereçam suporte

pedagógico efetivo, garantam proteção social e promovam um ambiente escolar acolhedor, seguro e significativo. Sem isso, a escola tende a atuar de forma reativa, lidando apenas com os sintomas visíveis – como as faltas – e não com as raízes profundas que produzem o afastamento dos estudantes.

1.3.4. Vulnerabilidade social, Saúde Mental e Respostas da Escola: Os dados mostram que a maioria das escolas não realiza pesquisas sistemáticas sobre as condições socioeconômicas e culturais da comunidade. Em relação aos problemas recorrentes no ambiente escolar, destaca-se fortemente o *Bullying/Cyberbullying*, seguido por violência escolar, racismo, intolerância religiosa e capacitismo. Esses mesmos problemas aparecem como os de maior incidência, reforçando que a convivência e o respeito à diversidade são desafios centrais.

Quanto às ações preventivas coletivas incentivadas pela gestão, há forte predominância de ações de conscientização e combate à violência e ao abuso, seguidas por momentos de fortalecimento dos vínculos familiares. Em menor escala, aparecem projetos de orientação profissional e vocacional e ações de protagonismo juvenil (mas bem deficitárias). No conjunto, observa-se que as escolas priorizam ações voltadas à proteção e ao vínculo familiar, mas ainda realizam poucos diagnósticos estruturados sobre a realidade social da comunidade, o que limita a capacidade de planejamento preventivo mais alinhado às necessidades dos estudantes. Predomina o uso limitado de informações já existentes, como dados de matrícula e Cadastro Único (da rede de assistência social), indicando uma compreensão restrita do território. Uma parte das escolas faz levantamentos esporádicos e pouco sistematizados, e apenas um grupo menor atualiza dados anualmente e os utiliza no planejamento institucional. Há, ainda, unidades que não consideram esse tipo de diagnóstico como uma atribuição prioritária, revelando uma visão reduzida sobre os processos de ensino e de aprendizagem. Afinal, o território escolar está para além de seus muros.

Ainda, os dados mostram que a maioria das escolas possui algum tipo de protocolo para lidar com o *bullying* e com a violência, mas esse protocolo é, em grande parte, informal, dependendo da interpretação da gestão. Apenas uma parcela menor afirma ter um procedimento claro, documentado e aplicado de forma consistente, enquanto muitas escolas tratam os casos individualmente, sem diretrizes padronizadas e contatos com a rede socioassistencial e psicossocial. No

gráfico abaixo, é possível uma percepção sobre o conhecimento dos gestores da rede de apoio.

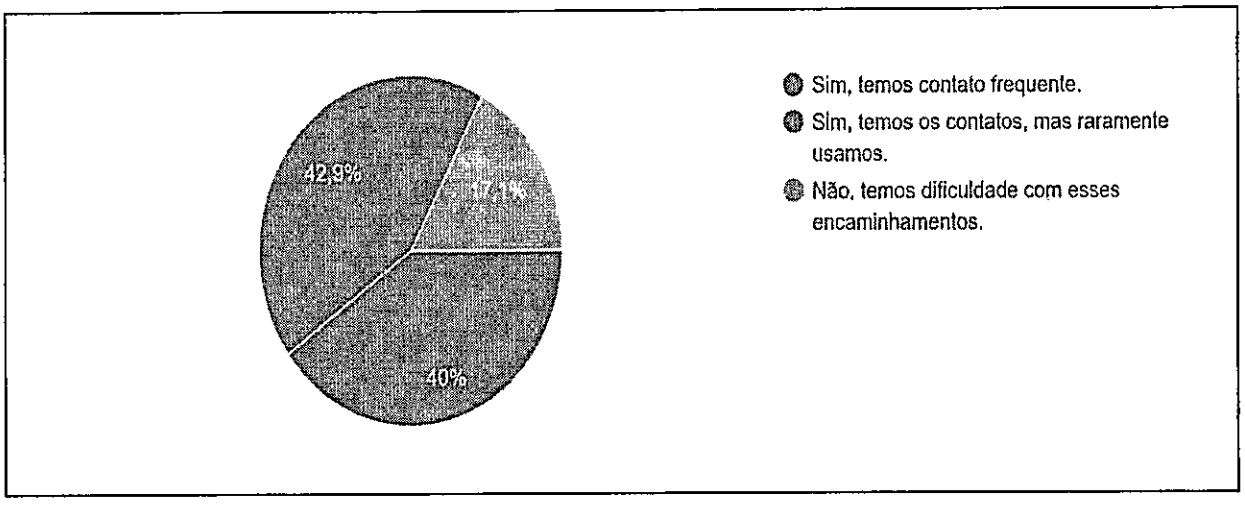


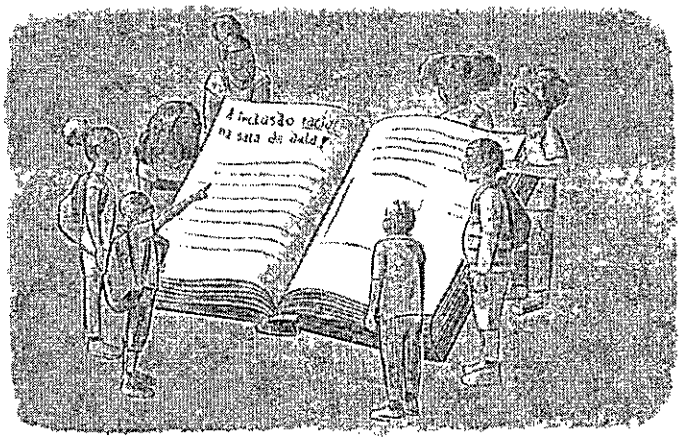
Gráfico 1 - Conhecimento das escolas em relação aos serviços das redes de saúde e da assistência social do município de Conselheiro Lafaiete - MG. (n= 35 escolas).

Essa rede é amplamente conhecida por aproximadamente 83% dos gestores. Contudo, ela tende a se manter distante e de difícil acesso como será discutido no ponto 1.3.5.

Um exemplo prático envolve a problemática do sofrimento psíquico grave e urgente. No que se refere à formação docente sobre sofrimento psíquico e risco de suicídio, uma parte das escolas recebe capacitação ao menos uma vez por ano, mas a maior parcela relata que a formação ocorre apenas de forma pontual, em resposta a casos graves. Há também escolas que não oferecem formação para docentes, limitando o tema a palestras para alunos, o que não prepara os profissionais para identificar sinais de alerta. Há a necessidade de a gestão escolar atuar de forma ética, legal e proativa diante de situações de risco à vida dos estudantes. Ao ser identificada ideação suicida recorrente e sinais de depressão grave, a gestão, nesse contexto, deve se pautar por dois eixos centrais: proteção do estudante e cumprimento da legislação vigente (Estatuto da Criança e do Adolescente). Isso envolve **acionar imediatamente a Rede de Saúde Mental**, seja por meio de CAPS Infantil/Infanto-Juvenil ou UBS de referência, garantindo acompanhamento especializado e contínuo. Também, é fundamental **notificar o Conselho Tutelar**, para assegurar que uma possível recusa ou dificuldade dos pais não comprometa a segurança e os direitos do adolescente ao suporte psicossocial na rede de saúde. A gestão escolar não pode transferir responsabilidades para

outros órgãos de notificar ou de comunicar a ocorrência de risco à vida do estudante. Ela não deve adotar posturas passivas, como apenas documentar a situação ou aguardar nova crise, pois tais atitudes configuram omissão diante de risco iminente à vida. O diagnóstico aponta que a atuação adequada da gestão combina **responsabilidade ética, diligência legal e protagonismo na proteção do estudante**, estabelecendo protocolos claros de ação frente a situações de risco psicológico e suicida. A gestão escolar deve ser **agente ativo na garantia de direitos e na proteção da vida**, articulando-se de forma imediata com os serviços de saúde mental e com os órgãos de proteção da infância, mesmo diante da resistência familiar, consolidando práticas de cuidado e de segurança para todos os alunos.

Outro ponto, quando ocorrem agressões ou brigas, a resposta predominante por parte da escola é restaurativa, com foco em mediação e reparação de danos, o que está alinhado às práticas recomendadas. Entretanto, algumas escolas ainda adotam uma abordagem de encaminhamento, transferindo a responsabilidade para a família ou rede externa. As intervenções para comportamentos inadequados mostram uma tendência comum: diálogo com o aluno, contato com a família, reuniões, rodas de conversa, registros formais e, quando necessário, encaminhamento ao Conselho Tutelar ou serviços especializados. Na educação infantil, as práticas são predominantemente pedagógicas, acolhedoras e preventivas, com foco em habilidades socioemocionais. Quanto aos atos infracionais, grande parte das escolas em que ocorre tal situação, a reação envolve comunicação às famílias, Conselho Tutelar, CRAS/CREAS e polícia militar.



Sobre temas sensíveis como sexualidade e combate ao abuso infantil, muitas escolas afirmam que não enfrentam grandes desafios, mas outras relatam dificuldades de como abordar a temática, falta de material e docente despreparado para mediar conversas sobre a temática. Ainda, reforçam a necessidade de

formação para compreender como se deve fazer o manejo e a condução do caso, o que pode ser um dificultador para a condução imediata de casos de abuso. Nesse âmbito, o Conselho Tutelar é peça fundamental juntamente com o Núcleo de Acolhimento Psicossocial para que o caso posteriormente possa ser acolhido pelo CREAS.

Os dados revelam que muitas escolas ainda carecem de protocolos formais e padronizados para lidar com situações de violência e *bullying*, o que gera respostas inconsistentes. Também se observa que a formação docente é insuficiente, especialmente em temas de saúde mental, exigindo capacitações regulares com profissionais especializados. Apesar de o uso de práticas restaurativas ser um ponto positivo, ainda é necessário fortalecê-las com ações preventivas contínuas. A família é uma parceira importante, mas não basta: a escola precisa atuar de forma integrada com toda a rede de proteção. Questões sensíveis, como sexualidade e prevenção ao abuso, enfrentam resistência devido à falta de materiais e pressões externas, reforçando a necessidade de apoio institucional e comunicação clara com as famílias. Os problemas mais recorrentes — *bullying*, racismo, intolerância religiosa e capacitismo — apontam para a urgência de políticas antidiscriminatórias e ações sistemáticas de convivência e inclusão.

Diante desse cenário, recomenda-se que a comunidade escolar elabore protocolos formais, invista em formações anuais, promova programas permanentes de convivência, utilize materiais pedagógicos adequados, fortaleça a articulação com a rede de proteção, mantenha registros sistemáticos e incentive campanhas de combate às discriminações e de valorização da diversidade. Essas ações podem tornar o ambiente escolar mais seguro, acolhedor e comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes.

1.3.5. Articulação Intersetorial e Fluxos da Rede: Diante do questionamento sobre o conhecimento por parte dos gestores da rede socioassistencial de atendimento à criança e ao adolescente, observa-se o seguinte quantitativo:

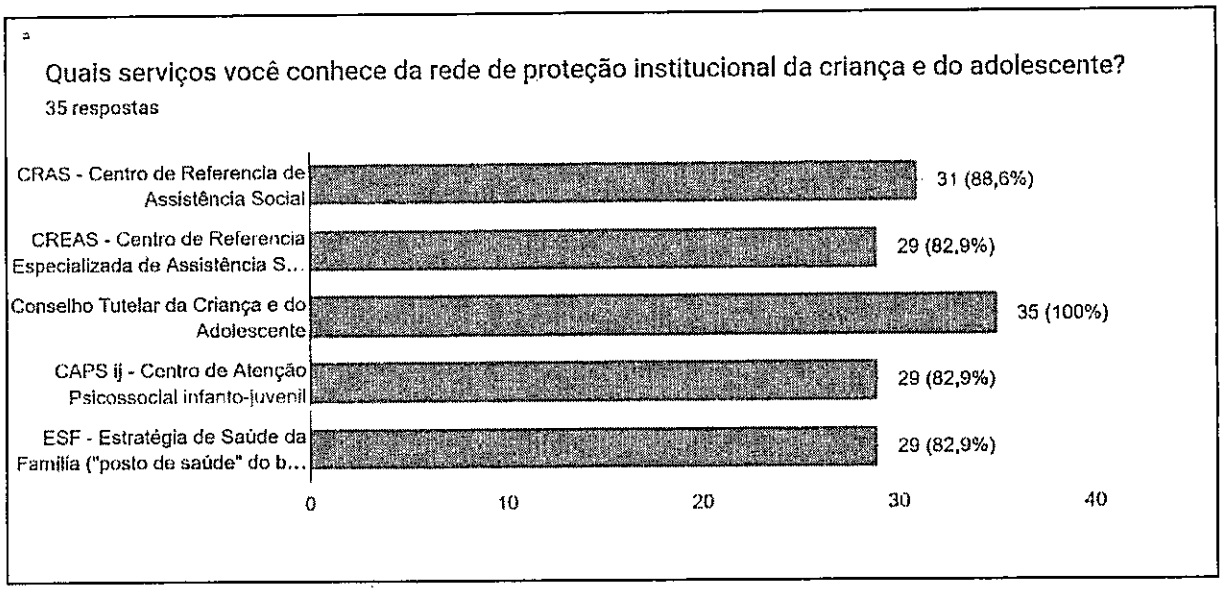


Gráfico 2 - Conhecimento dos gestores sobre a rede de proteção psicossocial infanto-juvenil

A grande maioria dos participantes demonstra um alto nível de conhecimento da rede de proteção, identificando corretamente os principais órgãos de assistência social, saúde e defesa de direitos da criança e do adolescente.

Em específico, sobre as políticas importantes de combate à vulnerabilidade econômica e que são desenvolvidas pelo campo da Assistência Social, o levantamento aponta que a grande maioria dos respondentes possui familiaridade com o Cadastro Único, seja por conhecimento pleno ou por saber de sua existência. O desconhecimento total é quase inexistente. Embora haja um conhecimento básico, há espaço para aprofundar a comunicação sobre **quais são os benefícios específicos** e **critérios de elegibilidade**, visando ampliar o número de conhecedores plenos do sistema.

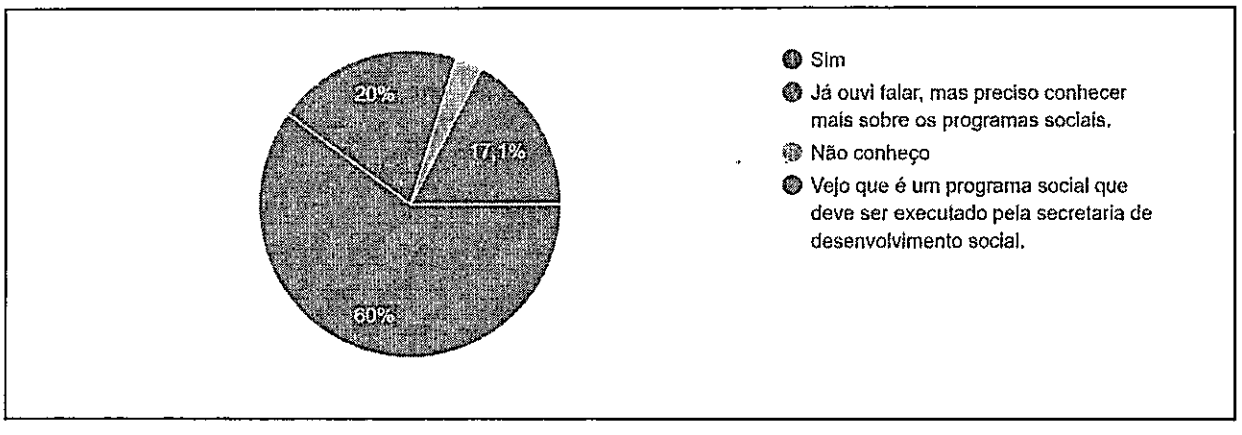


Gráfico 3 - Percepção dos gestores sobre o CAdÚnico e as políticas socioassistenciais.

Embora haja conhecimento sobre esses serviços e público-alvo a ser atendido, um dos maiores desafios citados pelos participantes é a articulação das redes socioassistenciais, psicossociais e outras. Os dados mostram que a articulação entre a escola e a rede de proteção ainda é desigual e pouco estruturada. Uma parte das escolas possui contatos, mas sem fluxos de encaminhamento bem definidos. Um dado preocupante é que a maioria das escolas operam com mapeamentos informais, depende do conhecimento individual dos profissionais ou tenta resolver as demandas internamente, sem apoio sistemático da rede externa.

A integração com a Estratégia Saúde da Família (ESF)/UBS também varia bastante: alguns territórios apresentam boa articulação, com projetos pontuais sendo realizados. Outros, não há fluxos de referência e de contrarreferência. A maior parte das escolas relata comunicação limitada, restrita a campanhas específicas ou casos pontuais. Em grande parte, a integração é fraca ou inexistente, com pouco retorno das equipes de saúde.

Quanto ao monitoramento de alunos acompanhados pelo CRAS, CREAS ou Conselho Tutelar, apenas parte das escolas possui sistemas formais de registro. A maioria tem conhecimento parcial, baseado no relato das famílias, e um grupo significativo só sabe dos casos que ela própria encaminhou. O grupo de gestores possui compreensão correta e alinhada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a função social da escola. Os gestores tendem a priorizar a proteção integral do aluno, reconhecendo que situações de vulnerabilidade extrema configuram risco à sobrevivência e violação de direitos, antes mesmo de questões pedagógicas. Em específico, por exemplo, no caso de trabalho infanto-juvenil, a prioridade da escola não é somente o desempenho acadêmico do estudante, mas garantir acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e proteção contra trabalho infantil. Além disso, diante da situação de rua e pobreza extrema da família, a gestão escolar sozinha não possui recursos para oferecer abrigo ou renda. A atuação adequada envolve acionar a Rede de Proteção (CRAS, CREAS) por meio do Conselho Tutelar, garantindo suporte social, acesso a programas de transferência de renda e condições para que o estudante retorne à escola e interrompa o trabalho informal.

O diagnóstico aponta que os gestores demonstram competência na identificação de prioridades, compreendendo que, em contextos de vulnerabilidade

extrema, a ação intersetorial precede a intervenção pedagógica, garantindo proteção integral e efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Nesse âmbito, a intervenção pedagógica, como a elaboração de PEI ou plano de estudos, é secundária e só é efetiva após ou concomitantemente à resolução das necessidades básicas e sociais do aluno.

Os principais obstáculos percebidos pela gestão das escolas em relação às redes de saúde e de assistência social são: a) dificuldade de agendar atendimentos na rede de saúde e assistência (filas e demora); b) burocracia e falta de retorno dos serviços; c) resistência de pais/responsáveis em aceitar encaminhamentos e dar continuidade ao tratamento; d) em menor escala, falta de tempo e transporte de pais e de familiares irem até os serviços de saúde (problema de acessibilidade e do transporte público).

Em síntese, os dados apontam para uma rede de proteção fragmentada, com boas práticas pontuais, mas com grandes desafios de acesso, comunicação e corresponsabilidade. A gestão escolar demonstra conhecimento sobre a atuação intersetorial, articulando intervenção pedagógica diferenciada, encaminhamento à saúde / assistência social e orientação da família. Essa abordagem reconhece que fatores sociais impactam na aprendizagem, evidenciando que ações isoladas ou negligenciar o problema não seriam suficientes para promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

1.3.6: Prevenção e Intervenção em Uso de SPA: O levantamento sobre prevenção ao uso de substâncias psicoativas (SPA) nas escolas mostra que a maioria das unidades não possui um plano formal de prevenção, estando algumas apenas em elaboração, enquanto em várias escolas o uso de SPA não é percebido como um problema relevante. A formação continuada da equipe pedagógica sobre prevenção e identificação de sinais de uso de SPA é muito limitada, ocorrendo raramente ou nunca na maioria das escolas; apenas algumas recebem capacitação anual ou bimestral, e em casos isolados, mensal.

Quanto às ações com os alunos, a abordagem é geralmente ocasional, por meio de palestras, oficinas ou atividades específicas, sendo poucas as escolas que realizam ações regulares ou frequentes. No que diz respeito aos pais e responsáveis, a maioria das escolas não realiza encontros ou orientações específicas, havendo apenas ações pontuais em algumas unidades. Em situações

de uso ou porte de SPA na escola, a conduta mais comum é acolher o aluno em um espaço reservado e chamar os responsáveis na escola, embora em outros casos sejam acionados imediatamente os pais ou até órgãos externos, como a Polícia ou o Conselho Tutelar.

1.3.7. Projetos Extracurriculares O diagnóstico sobre as atividades culturais e esportivas escolares revela que as instituições possuem uma forte consciência pedagógica quanto à importância dessas iniciativas, considerando-as essenciais e integradas ao Projeto Político Pedagógico (PPP), em oposição à ideia de que servem apenas para "ocupar tempo". A definição das atividades ofertadas envolve principalmente os interesses dos estudantes, mas também é influenciada pelos planejamentos anuais da Secretaria Municipal de Educação e pela disponibilidade de professores.

Em relação à integração curricular, a maioria das escolas consegue articular as atividades extracurriculares ao currículo formal por meio de projetos e temas transversais, embora uma parcela ainda apresenta integração moderada, ou seja, a atividade está desconectada com os objetivos pedagógicos traçados pela escola. No entanto, a execução dessas atividades enfrenta desafios estruturais significativos, entre os quais se destacam infraestrutura física inadequada, falta de recursos financeiros específicos, escassez de profissionais especializados e excesso de demandas curriculares, pressões conteudísticas das avaliações externas que limitam o tempo disponível para essas iniciativas.

No contexto de um Projeto Político Pedagógico (PPP), a biblioteca pode ser um espaço potencializador para desenvolver os projetos extracurriculares. Ela não se limita apenas a guardar livros ou permitir leitura recreativa. Seu papel central é ser um espaço estratégico de apoio ao ensino e à aprendizagem, oferecendo recursos para pesquisas, projetos pedagógicos, desenvolvimento de habilidades de leitura e investigação, integração com o currículo e com as atividades escolares.

O acesso e a equidade são buscados na realização de projetos que envolvem práticas expressivas (quadrilha, festas temáticas, momentos esportivos) principalmente por meio da gratuidade total das atividades. Contudo, barreiras adicionais persistem quando há custos indiretos para uniformes, equipamentos ou transporte, que recaem sobre as famílias.

Quanto à avaliação da qualidade das atividades desenvolvidas, embora não haja padronização, o monitoramento pela gestão se concentra no controle de processos, como frequência e desempenho dos alunos, e na percepção de pais e de alunos, por meio de investigação informal de opinião sobre o evento. A relação com a comunidade é fortalecida por eventos escolares, como festas e feiras, cujo objetivo central é engajar famílias e criar vínculos, mais do que gerar receita. A participação dos pais no planejamento e na execução dessas atividades varia, sendo ativa em algumas escolas e limitada em outras, sugerindo que a organização ainda é majoritariamente centralizada pela escola.

1.3.8 - Gestão escolar e colegiado, órgãos consultivos e / ou Conselho escolar - A análise da gestão escolar revela que, embora os órgãos colegiados — como Conselhos Escolares e Caixas Escolares — estejam formalmente constituídos na quase totalidade das unidades de ensino, sua atuação prática apresenta um caráter predominantemente burocrático. Verifica-se um paradoxo onde a existência física dessas instâncias não garante, necessariamente, sua efetividade política e democrática, uma vez que muitas operam apenas para cumprir exigências legais e administrativas.

Observa-se uma redução funcional da atuação desses grupos, que acabam centralizando seus esforços em duas vertentes limitadas: a validação de questões financeiras (aprovação de contas) e a organização operacional de eventos festivos e arrecadatórios. Essa dinâmica transforma o conselho escolar em meros validadores de decisões ou executores de tarefas, esvaziando o potencial do colegiado como espaço de governança e deliberação estratégica.

Como consequência desse perfil utilitário, nota-se uma ausência significativa de pautas pedagógicas nas reuniões desses órgãos. Temas cruciais para a qualidade da educação, como índices de aprendizagem, estratégias de combate à evasão, inclusão e clima escolar, raramente são debatidos com a profundidade necessária. Ao manter o foco estritamente no administrativo, a gestão desperdiça a oportunidade de engajar a comunidade na corresponsabilidade pelos resultados educacionais dos estudantes , para a construção de espaços de escuta e de fomentar uma cultura dialógica na comunidade escolar.

Portanto, para a consolidação de um espaço escolar verdadeiramente democrático, torna-se imperativo ressignificar o papel dos colegiados,

deslocando-os da posição de fiscais burocráticos para a de coadjuvantes ativos na construção do Projeto Político-Pedagógico. É fundamental investir na formação continuada dos participantes do Colegiado Escolar e garantir que as pautas pedagógicas e de convívio harmonioso / democrático sejam centrais, assegurando que a participação da comunidade transcenda a gestão de recursos e eventos, incidindo diretamente na melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

1.3.9 - Atividades em conjunto com a Comunidade - No território da escola, diversas redes de apoio e equipamentos públicos são acionados para complementar atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer:

- Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU), praças e parques com programação regular de lazer e esporte, muitas vezes em parceria com a prefeitura.
- Secretarias de Cultura e do Esporte, oferecendo programação cultural local e atividades em artes cênicas.
- Projetos Comunitários - de abrangência social, esportiva e cultural: Projeto União do Morro, Projeto Rompendo em Fé, Projeto Cata-vento, Projeto Semear Esportes 4, Projeto Sementes do Amanhã, Projeto de Capoeira.
- Associações de moradores: Bairro Cachoeira e Bairro Siderúrgico.
- ONGs e Institutos: Projeto Criança Feliz, Afaupa, Instituto Sonho de Rua, AMUPD, APAE, Fundação Olhos d'Alma.
- Parcerias com empresas e vereadores da região para apoio a projetos e necessidades da escola.

1.3.10 - Saúde do trabalhador - A saúde do profissional de educação é um aspecto central para a qualidade do ensino e para o bem-estar da comunidade escolar. Muitos educadores enfrentam rotinas intensas, muitas vezes com sobrecarga de tarefas administrativas, planejamento de aulas, acompanhamento individualizado de alunos e gestão de conflitos em sala de aula. Essa carga pode resultar em estresse crônico, fadiga física e emocional, ansiedade e problemas de saúde mental, comprometendo não apenas o desempenho profissional, mas também a saúde pessoal e a qualidade das interações com estudantes e colegas.

Esse quesito aparece no tópico final do mapeamento como um ponto que precisa ser melhor acompanhado. Atualmente, o município conta com setor de

saúde do trabalhador vinculado à Secretaria de Administração do Município. A promoção de políticas de apoio psicossocial e capacitação contínua é essencial para prevenir doenças ocupacionais e garantir a sustentabilidade da carreira. Cuidar da saúde do profissional de educação significa, portanto, investir na manutenção de um ambiente escolar saudável, inclusivo e capaz de oferecer aprendizagem de qualidade, ao mesmo tempo, articular ações conjuntas com o setor de saúde já existente na Prefeitura .

1.4 - A Psicologia e o Serviço Social no sistema educacional.



A Lei nº 13.935/2019 não é apenas um artigo legal; é um convite à reflexão sobre o verdadeiro sentido da educação em nossa cidade. Diretores e a comunidade escolar de Conselheiro Lafaiete veem essa legislação como a peça que faltava para transformar a escola em um espaço verdadeiramente acolhedor e promotor de direitos. Trazer Psicólogos(as) e Assistentes Sociais para a rede pública é reconhecer que a aprendizagem não acontece de modo mecânico, mas é

profundamente afetada pelas condições de vida e pela saúde emocional dos nossos estudantes.

Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a atuação na escola vai muito além de "resolver problemas" de comportamento ou dificuldades de aprendizagem de forma individual. A Psicologia Escolar, fundamentada pelas diretrizes do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), trabalha na instituição como um todo, garantindo que o ambiente escolar seja um catalisador de saúde mental e desenvolvimento.

Destaca-se como missão da (do) profissional de Psicologia:

A) Olhar para o Coletivo: A(O) psicóloga(o) ajuda a escola a entender por que a evasão, o *bullying* ou as dificuldades pedagógicas persistem, atuando no Projeto Político Pedagógico (PPP) para construir soluções sistêmicas. Não se trata de culpar o aluno, mas de analisar a relação professor-aluno-família.

B) Promoção do Bem-Estar: O trabalho é preventivo. Significa criar espaços de escuta, promover o debate sobre saúde emocional e orientar professores e gestores sobre as etapas do desenvolvimento humano, assegurando que as expectativas sobre os estudantes sejam adequadas e inclusivas.

C) Inclusão Genuína: Garantir que estudantes com necessidades especiais ou dificuldades de adaptação sejam verdadeiramente integrados, e que a escola saiba lidar com a diversidade, conforme a Psicologia da Educação orienta.

O Serviço Social, de acordo com as orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assume a responsabilidade de intervir na Questão Social que se manifesta no ambiente escolar. A(O) assistente social é a(o) profissional que garante que as barreiras socioeconômicas e os direitos violados não impeçam o estudante de aprender.

É missão da(o) assistente social:

A) Garantia de Direitos: A(O) assistente social atua junto à escola para entender se há violação de direitos. Viabiliza o acesso aos serviços públicos e socioassistenciais. Quando a família passa por dificuldades - como falta de renda, desemprego ou situação de vulnerabilidade - a(o) profissional orienta, informa e realiza os encaminhamentos necessários para programas e serviços da rede, como CRAS, CREAS, SINE, PBF.

B) Combate à Desigualdade: Nas causas da infrequência ou da evasão escolar, a(o) profissional do Serviço Social usa da sensibilidade de escuta para avaliar se a

ausência tem relação com a desproteção social. Com isso, encaminha e articula com a rede de proteção para manter/retornar o aluno na escola São realizados encaminhamentos para a unidade de proteção mais adequada à questão social da família.

C) Conexão Família-Território: A(O) assistente social aproxima a escola das famílias, facilitando o diálogo e ajudando a escola na compreensão da complexa realidade das famílias. É um trabalho junto à gestão escolar para que as decisões pedagógicas considerem o contexto social dos alunos e fortaleçam a proteção e a permanência.

A efetividade da Lei nº 13.935/2019 em Conselheiro Lafaiete reside na atuação em equipe. A Psicologia e o Serviço Social, juntas, oferecem uma visão ampliada de como os processos psicossociais interferem nos processos de ensino e de aprendizagem. Vale a pena refletir, por exemplo, se a dificuldade de aprendizado é agravada por vulnerabilidades que levam a um processo de sofrimento psicossocial, ou ainda considerar se a dificuldade de aprendizado é causada pela ausência de condições sociais e direitos sociais negados. O desenvolvimento das ações exigem a atuação sistêmica da Educação em convergência com a saúde e com a assistência social. Esta tríade intersetorial é fundamental para mitigar vulnerabilidades e otimizar o processo ensino-aprendizagem.

Setor	Foco Primário	Contribuição para o Desenvolvimento Escolar	Mecanismo de Articulação
Educação	Ensino-Aprendizagem e Desenvolvimento Cognitivo.	**Identificação Precoce** de barreiras sociais, de saúde ou pedagógicas (evasão, baixo rendimento, violência).	Encaminhamentos formais (ofícios, relatórios) para a rede de proteção e saúde.

Saúde	Bem-estar biopsicossocial, fundamentados nos princípios da integralidade, universalidade e equidade de acesso.	**Suporte Clínico e Preventivo** (saúde mental, nutricional, visual, auditiva, entre outros) essencial para a **disposição** ao aprendizado.	Atendimento via posto de saúde - UBS / CAPSij; programas de saúde escolar via e-Multi (Programa Saúde na Escola); discussões de caso, encaminhamentos para a rede de atenção psicossocial. Trabalho articulado com Junta Reguladora, Núcleo de especialidades, entre outros.
Desenvolvimento Social	Proteção Social, Renda e Garantia de Direitos.	**Remoção de Barreiras Socioeconômicas** (desproteção social) que impedem o acesso e a permanência escolar.	Atuação via CRAS/CREAS; monitoramento de condicionalidades (Bolsa Família); acionamento do Conselho Tutelar.



FONTE: https://br.freepik.com/vetores/comunidade-escolar.

1.4.1 - Objetivos do Núcleo de Acolhimento Psicossocial

Fortalecer a articulação intersetorial (Educação, Saúde e Assistência Social) para garantir o atendimento integral dos estudantes.

Suscitar o diálogo para a construção de práticas de educação inclusiva e o desenvolvimento de intervenções pedagógicas voltadas para a acessibilidade e para o acolhimento de alunos com deficiência.

Implementar uma cultura de prevenção e mediação de violências no ambiente escolar, assegurando um clima organizacional seguro.

Fomentar o respeito à diversidade e a promoção dos direitos humanos no cotidiano escolar.

Mediar intervenções sistêmicas e contínuas que transformem o cotidiano escolar, substituindo práticas de violência e de *bullying* por uma cultura fundamentada na empatia, no respeito e na paz.

Dialogar com a comunidade escolar ações que favoreçam a permanência escolar atuando ativamente no combate à evasão.

Oferecer suporte psicossocial e técnico-assistencial às equipes escolares e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para lidar com casos complexos e fortalecendo a gestão democrática.

Promover às equipes escolares formação continuada, capacitando-os a lidarem com situações nas escolas que requerem atenção especial para melhor manejo dessas situações.

1.5 - O Núcleo de Acolhimento Psicossocial (NAP) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço central da Educação Especial com um foco estritamente pedagógico e de acessibilidade. O seu objetivo é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos estudantes. Esse serviço tem como foco principal: Eliminar barreiras, assegurando que o aluno tenha acesso ao conteúdo e ao processo de escolarização. O olhar principal está em como o aluno aprende (aspectos cognitivos e sensoriais).

O público-alvo dessa política educacional inclui estudantes com Deficiência (Física, Intelectual, Visual, Auditiva), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. Ele ocorre predominantemente na sala de recursos multifuncionais (SRM), mas também pode atuar na sala regular por meio de ações colaborativas ou apoio na sala de aula. O AEE não é reforço escolar, "terapia" ou sala de espera. Seu trabalho é complementar à formação pedagógica, e não substitutivo.

O Núcleo de Acolhimento Psicossocial (NAP) (com a atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais) possui um foco diferente, mas igualmente essencial no processo de escolarização. Sua atuação é voltada para o processo de escolarização e as relações institucionais como um todo. O Núcleo de Acolhimento Psicossocial tem como foco principal: Priorizar o clima escolar, a garantia de direitos, a mediação de conflitos e o fortalecimento de vínculos (família-escola). O olhar principal está em como o aluno vive e convive (aspectos subjetivos e sociais).

A atuação do NAP abrange toda a comunidade escolar (alunos, famílias, professores e funcionários), não se limitando ao público-alvo da Educação Especial (PAEE). Suas intervenções podem ocorrer nos espaços coletivos da escola, em reuniões, acolhimentos e na articulação com a rede externa (saúde e assistência social).

A interseção entre o AEE e o Núcleo Psicossocial é o desenvolvimento integral do sujeito. Ambos são serviços que, embora distintos em sua natureza e foco, trabalham de forma coordenada para garantir a permanência e o sucesso do aluno na escola.

Aspecto	AEE (Sala de Recursos)	Núcleo Psicossocial
Natureza	Pedagógica e de Acessibilidade.	Social, Emocional e Institucional.
Olhar Principal	Como o aluno aprende? (Cognitivo/Sensorial).	Como o aluno vive/convive? (Subjetivo/Social).
Ferramenta	Tecnologia assistiva, adaptação curricular, PEI.	Escuta ativa, visitas escolares, articulação de rede.
Encaminhamento	Via avaliação pedagógica (público restrito).	Via demandas de vulnerabilidade, comportamento ou convivência (público amplo).

Os pontos de colaboração entre os dois setores envolvem as seguintes ações:

1. Combate à Evasão: Enquanto o AEE garante que o aluno tenha acesso ao conteúdo (recursos/adaptações), o Psicossocial garante que ele tenha condições sociais e emocionais para frequentar e permanecer na escola.
2. Estudos de Caso: Em situações complexas, a troca de informações é vital. O AEE contribui com a visão da aprendizagem, e o Psicossocial com a visão do contexto familiar e social do aluno.

3. Articulação de Rede: O trabalho é complementar. Se o AEE identifica que uma questão de saúde (não tratada) ou uma violência está travando o aprendizado, ele aciona o Psicossocial para que este promova a conexão com serviços externos (ex: CAPS - Saúde, CRAS - Assistência Social).

Para exemplificar sobre formas de encaminhamento e possibilidades interventivas, citamos as seguintes situações:

Cenário A (Foco AEE): Aluno não consegue ler porque tem baixa visão.
Ação: AEE (Uso de recursos ampliados, materiais em Braille ou digitais adaptados).

Cenário B (Foco Psicossocial): Aluno está retraído e com baixo rendimento porque está sofrendo violência doméstica.
Ação: Núcleo Psicossocial (Acolhimento, acionamento do Conselho Tutelar e da rede de proteção social especializada).

Cenário C (Misto/Conjunto): Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está agressivo por desregulação sensorial e a família resiste ao diagnóstico.
Ação Conjunta: O AEE adapta a rotina escolar e os estímulos para reduzir a desregulação, enquanto o Psicossocial acolhe a família, trabalha a aceitação do diagnóstico e busca o fortalecimento do vínculo familiar-escolar.

A integração desses serviços assegura uma abordagem holística, tratando o aluno não apenas em processo de aprendizagem, mas também como um sujeito inserido em um contexto social e emocional que influencia diretamente seu desenvolvimento. O NAP pode contribuir e auxiliar nas discussões em torno do PEI (Plano de Ensino Individual) e na produção de documentos norteadores para a condução do aluno para a rede socioassistencial e psicossocial do município.

1.6 - A APAE e sua importância nas políticas de inclusão do município

Ando à procura de espaço
para o desenho da vida.

Mesmo diante dos desafios, a APAE de Conselheiro Lafaiete foi construindo, ao longo dos anos, seu espaço dentro das políticas de inclusão. Procurar o "espaço" pode expressar, também, a busca da pessoa com deficiência por pertencimento, visibilidade e participação social. Nesse sentido, o espaço não se limita ao ambiente físico, mas representa o reconhecimento de direitos e o acolhimento institucional. Nesse âmbito, a parceria com a Secretaria Municipal de Educação é fundamental para assegurar recursos, acessibilidade e estrutura, transformando essa busca em um direito garantido e não em uma conquista solitária.

A parceria com a APAE neste ano de 2026 representa o "desenho da vida" expresso pelas múltiplas possibilidades de sentir e de acessar a experiência de cada criança e de cada adolescente nas políticas de inclusão. Cada ação a ser desenvolvida e a ser "desenhada" entre a Secretaria Municipal de Educação e a APAE simboliza a construção contínua da trajetória de cada aluno, respeitando sua singularidade e potencialidades. A educação inclusiva, nesse contexto, oferece os instrumentos necessários para o desenvolvimento da autonomia, permitindo que cada sujeito trace seu próprio caminho. Assim, as parcerias construídas com a APAE se configuram como um espaço de criação e de cuidado, em que o acolhimento e a educação possibilitam que cada vida seja desenhada com dignidade, segurança e respeito. Essa máxima poética traduz com exatidão a essência do trabalho realizado diariamente pela APAE de Conselheiro Lafaiete, fortalecido pela parceria estratégica com a Secretaria Municipal de Educação. Essa união de esforços transforma desafios em oportunidades de desenvolvimento, garantindo que o direito ao aprendizado e à dignidade seja efetivo para todos.

Nesse cenário, a tarefa de educar e incluir exige um olhar sensível e técnico simultaneamente. O suporte da Secretaria Municipal é fundamental para viabilizar ferramentas pedagógicas que permitam a inclusão real, não apenas a inserção física. Trabalhamos para que a educação especial seja uma ponte para a autonomia, respeitando o tempo e a singularidade de cada aluno. É um trabalho em que cada pequena conquista é celebrada como um marco fundamental na construção da cidadania.

Superando antigas concepções, a APAE de Conselheiro Lafaiete não se constitui como um espaço atomizado ou paralelo às políticas públicas; ao contrário, é uma instituição integrada e porosa, que atua em total sintonia com as atuais políticas públicas desenvolvidas no município. O "espaço" a ser construído com a APAE busca comunicabilidade direta com a rede de ensino, funcionando como um ponto estratégico para a articulação de ações que garantam não apenas o acesso, mas a permanência qualificada de crianças e adolescentes com necessidades educacionais específicas.

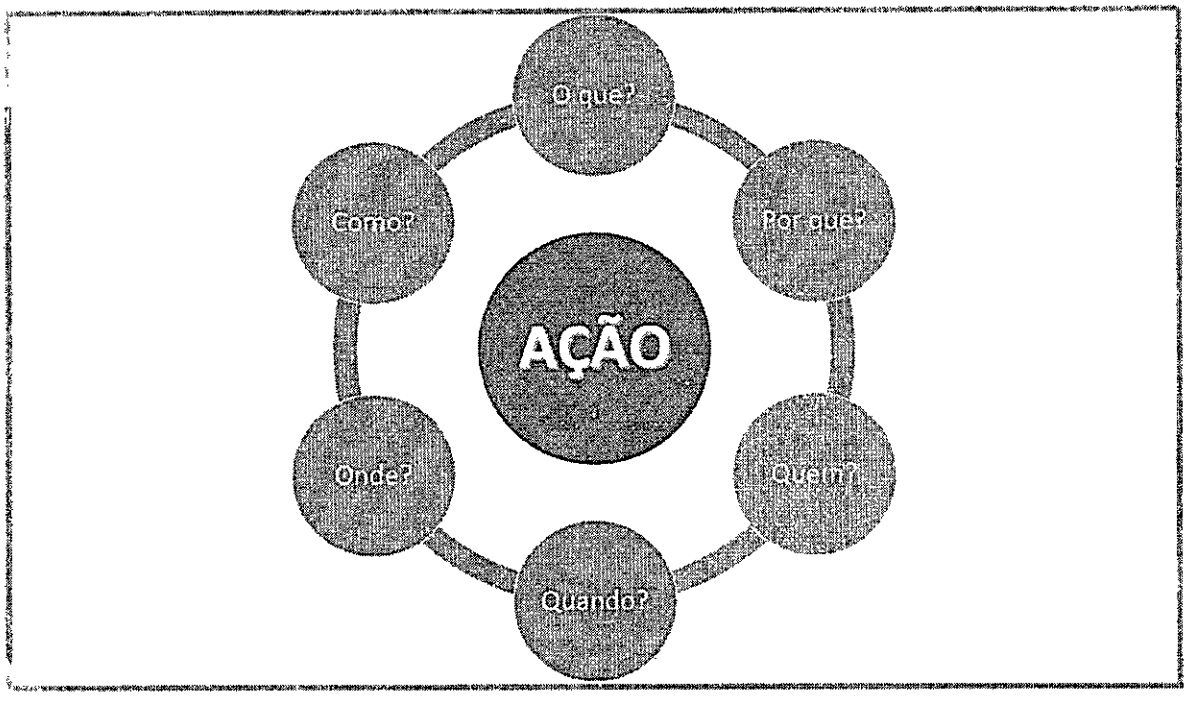
Nessa dinâmica integrada, a parceria com a Secretaria Municipal de Educação ganha uma nova dimensão técnica e pedagógica. O Núcleo de Acolhimento Psicossocial (NAP), operando em conjunto com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), desempenha um papel crucial de mediação junto à APAE. Não se trata apenas de atender o aluno quando ele "estiver na escola", mas de auxiliar na intermediação das práticas pedagógicas necessárias para aqueles que, simultaneamente, residem na cidade, frequentam as escolas municipais e buscam na APAE o suporte especializado. Nesse sentido, o Núcleo de Acolhimento Psicossocial deseja atuar como uma ponte que traduz as especificidades do aluno para a sala de aula regular, fornecendo ferramentas para que a inclusão aconteça de fato no dia a dia escolar.

O maior desafio é fazer com que a tarefa de educar e incluir se realize por meio desse fluxo contínuo de saberes entre a APAE e a rede municipal. O nosso acolher é técnico, multidisciplinar e, acima de tudo, colaborativo. Esse modelo de cooperação garante que o "desenho da vida" não seja um traço solitário, mas uma obra coletiva, na qual a expertise da APAE instrumentaliza a escola pública, assegurando que cada estudante tenha o suporte integral para desenvolver sua autonomia e cidadania em todos os espaços que ocupar. É imprescindível destacar a importância do espaço físico e do acolher. A estrutura da APAE, mantida e valorizada por meio dessa cooperação, configura-se como um ambiente seguro e estimulante, um refúgio de aceitação. O ato de acolher, nesse espaço, é a base para que a aprendizagem ocorra. Ao garantirmos um ambiente que protege e impulsiona, reafirmamos a vida que pode ser continuamente reinventada com esperança.

Parte 2
Práticas em Movimento

O Plano de Ação é um instrumento de gestão e planejamento fundamental para a concretização das práticas da Psicologia e do Serviço Social no contexto educacional. Ele funciona como um mapa estratégico que organiza, sistematiza e orienta as intervenções, transformando diagnósticos e intenções teóricas em ações concretas e eficazes. Na complexa realidade escolar, onde se entrelaçam questões pedagógicas, sociais, emocionais e familiares, a atuação interprofissional dessas duas áreas exige um planejamento robusto. O plano de ação é a ferramenta que garante que as intervenções não sejam reativas ou pontuais, mas sim processuais, intencionais e alinhadas aos objetivos maiores da educação: o desenvolvimento integral do estudante e a garantia de seus direitos.

A construção desse plano segue etapas lógicas que asseguram sua coerência e efetividade. Esta é a etapa onde a parte prática das ações começa a ser desenhada, surgindo diretamente da análise de conjuntura que compôs a Parte 1 (Diagnóstico). Com base no que foi identificado, define-se detalhadamente o "como fazer", transformando os objetivos em intervenções concretas. Esta seção responde às perguntas fundamentais do planejamento:



1- **O quê?** (As ações): Quais atividades serão desenvolvidas? (Ex: oficinas socioeducativas, grupos de mediação de conflitos, rodas de conversa sobre saúde mental, capacitação de professores, visitas domiciliares).

2- **Por quê?** (Justificativa): A razão de cada ação, vinculada ao diagnóstico.

3- **Quem?** (Responsáveis): Quem executa cada tarefa (o psicólogo, o assistente social, a coordenação pedagógica, os parceiros da rede).

4- **Quando?** (Cronograma): Definição de prazos, datas e periodicidade das ações.

5- **Onde?** (Local): Em quais espaços as ações ocorrerão (sala de aula, pátio, auditório, comunidade).

6- **Como?** (Metodologia): As técnicas e abordagens que serão utilizadas (Ex: dinâmicas de grupo, palestras, escuta individualizada).

Sem responder a essas perguntas, um plano é apenas uma lista de desejos vaga. O Quê? (Ação) + Por Quê? (Justificativa) - define o propósito. O "Quê" é a atividade, mas o "Por quê" é a alma do plano. Ele garante que a ação está diretamente ligada ao diagnóstico e que a equipe não está apenas "fazendo por fazer". Se a ação não resolve um "porquê", ela deve ser eliminada. O "Quem?" (Responsáveis) - define a responsabilidade pelas ações. Uma tarefa "de todos" acaba sendo uma tarefa "de ninguém". Ao definir um "Quem" claro, garante-se que alguém é o dono daquela entrega, devendo prestar contas por ela. "Quando?" define o período de realização. Sem um "Quando", a ação se perde no "depois" e nunca é priorizada. O cronograma cria senso de urgência, permite que outras ações dependentes aconteçam e é a base para o monitoramento (se a ação atrasou ou não). Onde? (Local) + Como? (Metodologia): garantem que a infraestrutura necessária esteja disponível e que a ação seja executada da maneira correta, seguindo a abordagem técnica (clínica, pedagógica, social) que se espera.

2.1 - Ações prioritárias para 2026

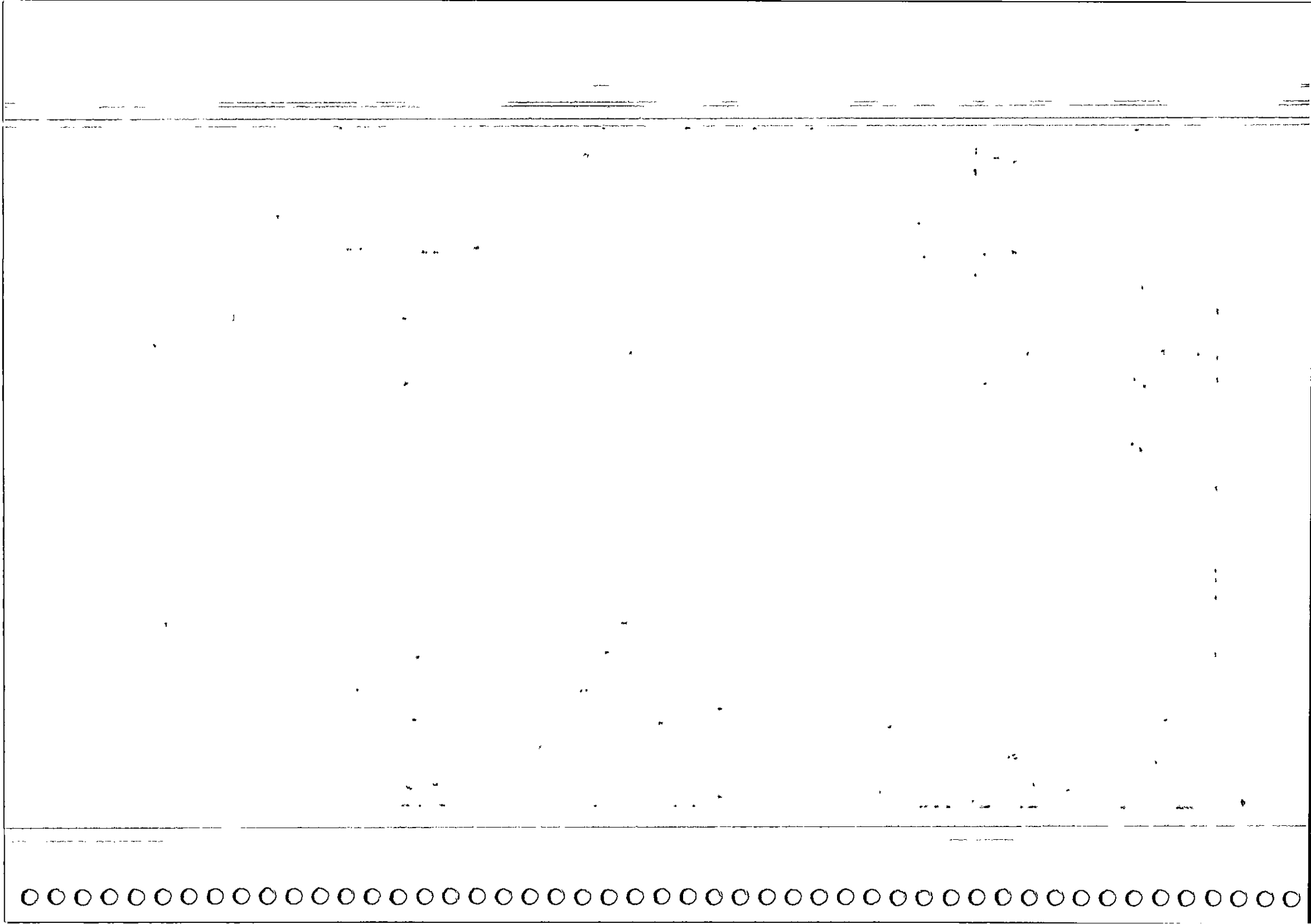
Ação	Justificativa	Responsáveis	Quando	Local	Metodologia
Inclusão pelo esporte - modalidades paraolímpicas nos jogos estudantis municipais - 2026	Ferramenta fundamental de desenvolvimento integral, equidade e transformação cultural, beneficiando não apenas os participantes com deficiência, mas toda a comunidade.	Núcleo psicossocial, SEMED, secretaria de esportes	Calendário JEM	Município	Verificar com profissionais de Educação Física possíveis modalidades e infraestrutura adequada, participação de associações e grupos de neurodivergentes.
Programa Saúde na Escola (PSE) em Conselheiro Lafaiete - MG.	Conexão direta e inseparável entre saúde e aprendizagem. Alunos com problemas de saúde — sejam eles físicos (como dificuldades de visão ou audição), nutricionais ou socioemocionais — não conseguem atingir seu	Equipes escolares, núcleo psicossocial, a Atenção Primária à Saúde (APS) (Estratégia Saúde da Família - ESF) e as equipes e-Multi	Primeiro Semestre de 2026	Priorizar Escolas com resultados insatisfatórios na Dimensão Social - áreas de maior vulnerabilida	Rodas de conversa, palestra, gincanas ou outras metodologias de acordo-com as orientações do PSE e articulação com a APS, monitoramento vacinação, saúde bucal, feira da alimentação saudável, semana do

	pleno potencial de aprendizado.	(multiprofissionais)		de social	trânsito, combate ao tabagismo, IST's, entre outras.
Capacitação de analistas e gestores educacionais sobre a rede de saúde e do desenvolvimento social	Gestores e analistas educacionais precisam compreender o funcionamento das redes de saúde (UBS, CAPS) e de desenvolvimento social (CRAS, CREAS) para romper o isolamento da escola. Esta capacitação favorece a identificação de barreiras à aprendizagem que extrapolam o pedagógico e ativar a rede de proteção correta.	Núcleo psicossocial	Ano de 2026 e integrada às atividades do setor pedagógico (SEMED)	SEMED	Rodas de conversa, discussão de estudos de caso, entre outros.

Mapeamento de atividades desenvolvidas pela rede de saúde e do desenvolvimento social - oficinas e intervenções grupais	A equipe do Núcleo psicossocial identifica quais os serviços da rede de saúde (UBS, CAPS ij) e da assistência social (CRAS, CREAS) com a oferta de atividades e de intervenções grupais para crianças e para adolescentes nos diversos equipamentos.	Núcleo psicossocial	Ano 2026	SEMED	Levantamento de atividades desenvolvidas com mapeamento das ações desenvolvidas de modo intersetorial.
Participação das reuniões de rede e monitoramento dos casos encaminhados pelas escolas / pelas creches para a saúde e para a proteção social	O núcleo acompanha e monitora os casos da rede com a busca por resolutividade e condução assertiva dentro da rede de cuidados do município.	Núcleo psicossocial , Atendimento Educacional Especializado	Verificar datas de reuniões da rede socioassis-tencial e saúde	Núcleo psicossocial e diversos	Registro de participação das reuniões com levantamento dos casos críticos e construção de projetos de intervenção

Valorização de datas importantes no calendário escolar (Dia da consciência negra, Dia da mulher, entre outras).	Trata-se de uma ação pedagógica estratégica, fundamental para o cumprimento do papel central da escola: a formação integral do cidadão.	Núcleo psicossocial	Verificar as datas comemorativas	SEMED	Preparação de materiais específicos de atividades que podem ser desenvolvidas de acordo com o planejamento anual.
Divulgação permanente de práticas expressivas exitosas no contexto escolar de combate ao *bullying*, valorização da inclusão (atividades culturais, artísticas e projetos integradores).	A educação deve ter um olhar integral para o aluno. Para isso, ela precisa de propor um acervo pedagógico vivo e acessível. Isso cria uma cultura de inspiração, valoriza o protagonismo de alunos e professores, e constrói a memória cultural do sistema municipal da educação.	Núcleo psicossocial, Atendimento Educacional Especializado, SEMED e professores	Uso das redes sociais e dois eventos no ano para divulgação.	SEMED	Já ocorre o concurso de dança nas escolas. Contudo, verificar sobre projetos desenvolvidos ao longo do ano e potencializar as divulgações mediante premiações de projetos, entre outras.

Monitoramento e encaminhamento de casos de violência escolar contra funcionários.	Garantir a segurança física e a saúde mental dos funcionários, o que é indispensável para manter um ambiente de trabalho e aprendizagem minimamente seguro e funcional para todos.	Núcleo psicossocial, SEMED e Secretaria de Administração - setor saúde do trabalhador	Ano 2026	SEMED e Setor de Saúde do Trabalhador (Sec. de Administraçã o)	Levantamento de encaminhamentos realizados para o Setor de Saúde do trabalhador / Reunião com o Setor de RH / Medicina do trabalho
Monitoramento de casos de evasão escolar de acordo com a legislação vigente	A evasão escolar é um problema grave e pode ser um indicador de vulnerabilidades sociais que a criança e o adolescente vivencia.	Núcleo psicossocial, escolas, analistas educacionais	Ano 2026	SEMED, escolas e analistas	Levantamento de alunos com percentual significativo de faltas. Verificar os alunos que também abandonaram a escola. Ver motivos e possíveis soluções.
Estudos de caso da rede educacional - casos de maior complexidade e que demandam	Os casos prioritários e emergenciais são os que precisam de maior	Escolas, SEMED,			Construção dos casos com



intervenções específicas em contexto escolar (*bullying*, violência, contextos desadaptativos de crianças e de adolescentes com deficiência, entre outras).	assertividade e de condução rápida pelas equipes gestoras para verificar possíveis intervenções na escola e mobilização da rede de cuidados do município.	Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Núcleo de Acolhimento Psicossocial	Ano 2026	SEMED, escolas e creches municipais	estudo dos múltiplos fatores e processos de sofrimento psicossocial que impactam no cotidiano do aluno.
Discussão sobre atualização dos PPP das escolas, dos PEI's de alunos com necessidades específicas (de acordo com estudos de caso realizados) e das intervenções	O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento norteador importante para a condução das atividades da escola e auxilia aos gestores verificar o que está sendo efetivado e as dificuldades para a	Atendimento Educacional Especializado, Escolas, analistas educacionais, setor de inclusão e Núcleo de Acolhimento Psicossocial	Ano 2026	SEMED, setor pedagógico, setor de inclusão, escolas e	Atualização dos PPP's, verificar como os PEI's estão estruturados com a proposição de mudanças e de adaptações na área de acordo com os estudos de caso em respeito ao Parecer CNE/CP nº 50/2023, aprovado em 5 de novembro de 2024 -

propostas em sala de atendimento especializado	construção de processos democráticos dentro do contexto escolar. Os PEI's e planejamentos das salas de atendimento são fundamentais para que a gestão conheça o que precisa ser ampliado, bem como as ações que possuem êxito e adequação do ambiente às necessidades do aluno.			núcleo de acolhimento psicossocial	Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e ao Parecer CNE/CP nº 51/2023, aprovado em 5 de dezembro de 2023 - Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: atendimento dos estudantes com altas habilidades/superdotação.
Fortalecimento de organizações dentro do contexto escolar como o	O Conselho Escolar é uma ferramenta que garante a participação	SEMED, Núcleo	Ano 2026		Propor intervenções que

Conselho Escolar (sensibilização da comunidade e organização)	direta da comunidade (pais, alunos e funcionários) nas decisões da escola. Ele existe para que o projeto pedagógico seja uma construção coletiva, e não apenas uma decisão da direção.	psicossocial		SEMED, escolas	favoreçam a participação da comunidade escolar.
Medidas de orientação aos pais e responsáveis referentes às faltas e evasão escolar e o prejuízo que elas causam na aprendizagem	A assiduidade é um dos principais fatores que influenciam o desempenho escolar. A ausência frequente dificulta o desenvolvimento acadêmico e prejudica o vínculo do aluno com a escola.	SEMED, Núcleo psicossocial	Ano 2026	SEMED, escolas	Rodas de conversa, palestras, dinâmicas com pais e responsáveis.
Promover					

atividades que favoreçam a reflexão dos estudantes, dos professores e demais funcionários da escola sobre as diferenças individuais, visando o combate ao racismo, capacitismo, *bullying*, intolerância religiosa e LGBTfobia.	É essencial promover a convivência respeitosa no ambiente escolar para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. O preconceito, em suas mais diversas formas e manifestações, gera impactos emocionais e acadêmicos importantes naqueles que o sofrem.	SEMED, Núcleo psicossocial	Ano 2026	Escolas	Elaboração de cartazes, produções textuais, artes visuais sobre os temas, atividades lúdicas, palestras, rodas de conversa.
Promover na comunidade escolar atividades	A promoção da saúde mental e a valorização da vida nas escolas, bem	SEMED, Núcleo psicossocial	Ano 2026	Escolas	Elaboração de cartazes, produções textuais, artes visuais sobre os temas,

que favoreçam a reflexão sobre a importância da saúde mental e da valorização da vida.	como o fortalecimento da autoestima dos estudantes de modo é essencial para prevenir situações de risco, incluindo ideações suicidas. Tal ação contribui para o fortalecimento de vínculos entre estudantes, bem como reconhecimento de sinais de alerta entre colegas.				atividades lúdicas, palestras, rodas de conversa.
Capacitação de analistas, gestores educacionais, professores e funcionários sobre a importância da saúde mental e da	É importante fortalecer a competência profissional para identificar sinais de risco e orientar sobre forma de apoiar estudantes e colegas de forma efetiva quanto às	SEMED, Núcleo psicossocial	Ano 2026	Escolas	Palestras, formações continuadas, workshops, protocolos de encaminhamento.

valorização da vida, bem como reconhecimento de sinais de alerta entre estudantes e colegas de profissão.	questões relativas à saúde mental e valorização da vida.				
Formação continuada aos professores da educação básica quanto à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem	A detecção precoce de sinais de transtornos de aprendizagem é essencial para que os estudantes recebam o apoio adequado, garantindo o direito à educação inclusiva e a aprendizagem efetiva.	Núcleo psicossocial, Atendimento Educacional Especializado, setor pedagógico, setor de inclusão da SEMED	Ano 2026	SEMED, escolas	Rodas de conversa, palestras, workshops.
Alinhamento de estratégias de suporte entre o	A complexidade do processo de inclusão escolar exige que	Núcleo de Acolhimento		SEMED,	Reuniões periódicas com

Núcleo de Acolhimento Psicossocial (NAP), a APAE, o Atendimento educacional especializado (AEE) e as equipes escolares municipais, com o objetivo de realizar estudos de caso compartilhados de alunos da rede regular e atendidos pela APAE.	ultrapassemos a lógica do encaminhamento isolado para a lógica do cuidado em rede. Frequentemente, observa-se uma fragmentação entre o acompanhamento especializado (realizado pela APAE) e a prática de sala de aula (realizada pelas escolas municipais), o que pode gerar estratégias conflitantes e lacunas no desenvolvimento do aluno	Psicossocial, Atendimento Educacional Especializado e APAE	Ano de 2026	AEE, NAP e escolas	as equipes envolvidas e acompanhamento sistêmico dos casos de estudantes atendidos pela APAE e que estão na rede municipal de educação.

Parte 3

Do Papel à Prática: indicadores para monitoramento do trabalho

A elaboração de um plano de ação como o que está aqui proposto é a ferramenta central da gestão democrática, princípio fundamental estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96). Este processo, contudo, só alcança seus objetivos se seguir um ciclo de gestão, que se inicia com a análise da realidade, define ações estratégicas e se consolida no monitoramento de indicadores.

Nas partes anteriores deste documento, buscou-se compreender a realidade do sistema educacional. Uma vez que a realidade é compreendida, o plano de ação passa à sua segunda fase: "traçar as ações". Nesse momento, a equipe traduz o diagnóstico em objetivos claros e estratégias concretas. Essas ações são o "como fazer" para que o plano saia do papel. Elas estão diretamente alinhadas ao desenvolvimento das competências e habilidades a serem desenvolvidas nos alunos e que estão preconizadas pela BNCC. Se o diagnóstico aponta, por exemplo, um problema de convivência (clima escolar), as ações traçadas (projetos de combate ao *bullying*, assembleias, práticas restaurativas) são as intervenções diretas para desenvolver a competência da "Empatia e Cooperação".

Por fim, passamos para a formulação dos indicadores. Esta é a fase que transforma um plano de intenções em um plano de gestão. O monitoramento é um pilar da gestão democrática, pois é por meio dele que a escola presta contas à comunidade e avalia a si mesma (autoavaliação institucional). Vitor Paro (p. 217), escreve que

> (...) a criação de condições que favoreçam o exercício efetivo da participação abrange, desde o desenvolvimento de um clima amistoso e propício à prática de relações humanas cordiais e solidárias no interior da escola, até a luta pelos direitos humanos de toda ordem no âmbito da sociedade global; (...)

Nesse sentido, o plano de ação aqui estruturado pretende manter um diálogo com a comunidade escolar e almeja coordenar ações que façam a diferença na comunidade escolar. A fim de acompanhar a implementação das ações propostas anteriormente, os indicadores aqui estruturados tendem a responder duas perguntas cruciais:

1- Indicadores de Processo: A ação foi executada como planejada? (Ex: Número de oficinas realizadas; % de professores que participaram da formação).

2- Indicadores de Impacto/Resultado: A ação mudou a realidade que diagnosticamos no início? (Ex: Redução no número de casos de violência registrados; aumento na frequência dos alunos encaminhados).

Compreende-se que sem os indicadores o plano torna-se estático e burocrático. São eles que permitem o ajuste de rota, garantindo que o foco permaneça no objetivo final de toda ação educacional: o pleno desenvolvimento do aluno e a garantia do seu direito de aprender. Cada ação descrita na parte 2 está articulada com os seguintes eixos e que servem de fundamento para a organização dos indicadores.

Eixo 1: Vínculo e Evasão	Eixo 2: Clima Escolar e Risco	Eixo 3: Articulação Intersetorial	Eixo 4: Qualidade do Apoio à Inclusão
Ações que fortalecem o senso de pertencimento, o engajamento da comunidade e a permanência do aluno na escola.	Ações focadas na segurança do ambiente, na gestão das relações e na prevenção e resposta a conflitos e violências.	Ações que dependem da cooperação estruturada entre a Educação e os setores de Saúde e de Assistência Social.	Ações voltadas especificamente para o planejamento, execução e melhoria do atendimento aos alunos com necessidades específicas.
Monitoramento de casos de evasão escolar de acordo com a legislação vigente.	Valorização de datas importantes no calendário escolar (Dia da consciência negra,	Programa Saúde na Escola (PSE) em Conselheiro Lafaiete - MG.	Inclusão pelo esporte - modalidades paraolímpicas nos jogos estudantis

	Dia das mulheres, entre outras).		municipais - 2026.
Divulgação permanente de práticas expressivas exitosas no contexto escolar de combate ao *bullying*, valorização da inclusão (atividades culturais, artísticas e projetos integradores). Medidas de orientação aos pais e responsáveis referentes às faltas e evasão escolar e o prejuízo que elas causam na aprendizagem. Promover atividades que favoreçam a reflexão dos	Monitoramento e encaminhamento de casos de violência escolar contra funcionários. Estudos de caso da rede educacional - casos de maior complexidade e que demanda intervenção específica em contexto escolar (*bullying*, violência, etc.). Fortalecimento de organizações dentro do contexto escolar como o Conselho Escolar (sensibilização da comunidade e organização). Promover na comunidade escolar atividades que	Capacitação de analistas e gestores educacionais sobre a rede de saúde e do desenvolvimento social. Mapeamento de atividades desenvolvidas pela rede de saúde e do desenvolvimento social - oficinas e intervenções grupais. Participação das reuniões de rede e monitoramento dos casos encaminhados pelas escolas / pelas creches para a saúde e para a proteção social.	Discussão sobre atualização dos PPP das escolas, dos PDI's de alunos com necessidades específicas e das intervenções propostas em sala de atendimento especializado. Formação continuada aos professores da educação básica quanto à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem. Alinhamento de estratégias de suporte entre o Núcleo de Atenção Psicossocial, a APAE, o Atendimento

estudantes, dos professores e demais funcionários da escola sobre as diferenças individuais, visando o combate ao racismo, capacitismo, *bullying*, intolerância religiosa e LGBTfobia.	favoreçam a reflexão sobre a importância da saúde mental e da valorização da vida. Capacitação de analistas, gestores educacionais, professores e funcionários sobre a importância da saúde mental e da valorização da vida, bem como reconhecimento de sinais de alerta entre estudantes e colegas de profissão.		escolar educacional (AEE) e as equipes escolares municipais, com o objetivo de realizar estudos de caso compartilhados de alunos da rede regular e atendidos pela APAE.

A tabela a seguir permite que a equipe e os gestores avaliem o desempenho das metas e a resolutividade das intervenções de Psicologia e Serviço Social, usando o sistema de cores para indicar as dificuldades encontradas, planejamento de ações futuras com reavaliações do plano de ação e diagnóstico situacional sobre os desafios encontrados com a rede intersetorial.

3.1- Monitoramento dos Indicadores do Acolhimento Psicossocial

Eixo Prioritário	Indicador de Desempenho	Meta	Fonte de Dados (Mapeamento /Registros)	Indicador com avaliação trimestral (🟢, 🟡 ou 🔴)
	Taxa de Infrequência Crônica - Percentual de alunos com faltas não justificadas acima de 20% no ano.	Redução de 10% em 12 meses.	Registros de chamada e acompanhamento.	
	Resolutividade da Busca Ativa - Percentual de alunos evadidos reinseridos que mantiveram frequência acima de 75% após 60 dias da intervenção.	Mínimo de 80% de sucesso na retenção.	Registros do analista educacional.	

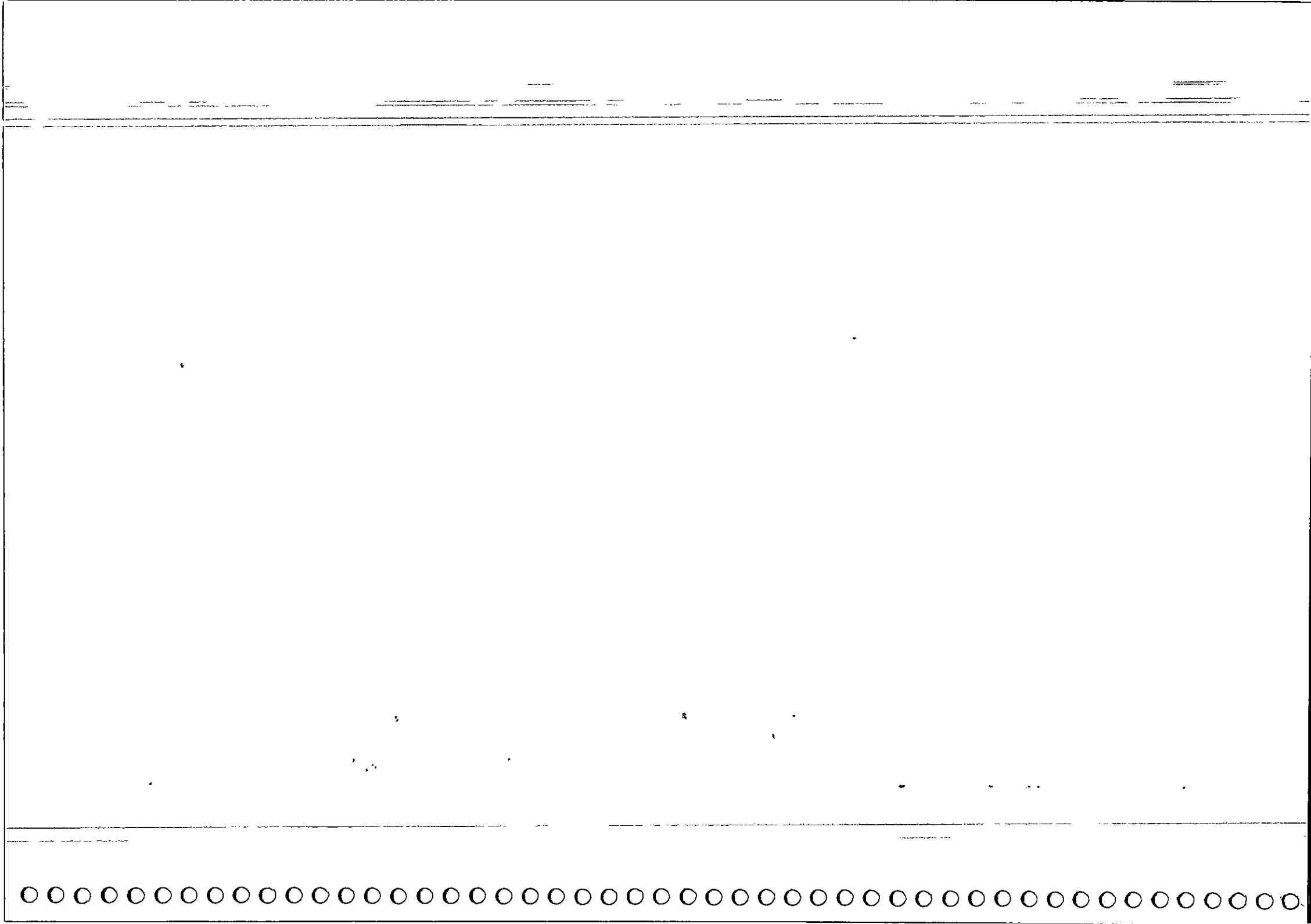
I. Vínculo e Evasão	Promover atividades que favoreçam a reflexão dos estudantes, dos professores e demais funcionários da escola sobre as diferenças individuais, visando ao combate ao racismo, capacitismo, *bullying*, intolerância religiosa e LGBTfobia.	Organização de atividades a ser desenvolvidas dentro do ambiente escolar e adequadas ao planejamento das escolas. As atividades estarão em conformidade com a BNCC e com a LDB.	Registro das escolas e feedback dos analistas educacionais.	
	Preparação para Risco - Percentual de professores e gestores com formação anual sobre Sofrimento Psíquico/Risco de Suicídio e manejo das situações	100% da equipe pedagógica e gestora capacitada.	Frequência de Formação.	

II. Clima Escolar e Risco			Levantamento sobre a qualidade das formações realizadas.	
	Cultura de Resposta à Violência Percentual de casos de conflito grave (*bullying*, agressão) tratados com Práticas Restaurativas.	Mínimo de 60% dos casos tratados com Práticas Restaurativas.	Registros de Ocorrências e Mediação.	
			Mediação adequada para a solução dos casos.	
			Condução para Conselho Tutelar dos casos de maior complexidade.	

	Incidência de Problemas Relacionais Redução no registro de ocorrências sobre o problema de maior incidência (ex: *Bullying*).	Redução de 20% no registro de novas ocorrências.	Levantamento de registros realizados pela escola via Analistas Educacionais.	
	Escolas municipais organizarem o Conselho Escolar com representantes dos vários segmentos da escola (escolha democrática e participativa).	100% das escolas contarem com o Conselho Escolar organizado e com periodicidade de reuniões regulares	Levantamento realizado com as (os) Analistas Educacionais.	
	Promover na comunidade escolar atividades que favoreçam a reflexão sobre a importância da saúde mental e da valorização da vida.	100% das escolas ter atividades que discutam sobre a valorização da vida e a saúde mental.		

III. Articulação Intersetorial	Taxa de Retorno da Rede Externa Percentual de encaminhamentos realizados (Saúde/Assistência / Administrativo de Saúde do trabalhador) que obtiveram retorno formal (*feedback*) da rede.	Mínimo de 70% de *feedback* nos encaminhamentos de maior vulnerabilidade.	Registros do Núcleo Psicossocial	
	Conhecimento e Uso do CadÚnico Percentual da equipe gestora com conhecimento pleno sobre o CadÚnico e capacidade de identificar famílias elegíveis.	100% da gestão com conhecimento pleno (meta de capacitação).	Formação sobre os equipamentos da rede socioassistencial e da saúde.	
	Uso do Recurso de Apoio - Percentual de alunos PAEE (Público-Alvo da Educação Especial) que estão matriculados e utilizando a Sala de Recursos (AEE) ou recebendo apoio de monitores.	Mínimo de 90% dos alunos PAEE com o suporte adequado.	Registros de Matrícula e Frequência do AEE.	

IV. Qualidade do Apoio à Inclusão	Desenvolvimento de projetos e de intervenções expressivas e recreativas	100% das escolas desenvolverem projetos sobre temáticas da inclusão	Relatório das práticas desenvolvidas	
	Formação continuada aos professores da educação básica quanto à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem	100% dos analistas educacionais, profissionais de AEE e monitores da educação inclusiva e diretores receberam formação com relação aos transtornos de aprendizagem	Registro das formações realizadas - ação desenvolvida em conjunto com setores pedagógicos e de inclusão.	



	Alinhamento de estratégias de suporte entre o Núcleo de Acolhimento Psicossocial, a APAE, o Atendimento educacional especializado (AEE) e as equipes escolares municipais com o objetivo de realizar estudos de caso compartilhados de alunos da rede regular e atendidos pela APAE.	90% dos casos de alunos da rede municipal de educação e que são acompanhados pela APAE		

Significado dos Sinais a serem usados nos indicadores:

- Verde (Meta Atingida ou em Dia): O indicador está sob controle. A meta foi alcançada ou o processo está sendo executado conforme o planejado. A ação deve ser manter e aprimorar.
- Amarelo (Atenção/Risco): O indicador requer atenção. A meta está parcialmente atingida ou o processo apresenta riscos (ex: atraso na formação, resolutividade baixa). É necessário intervir e monitorar de perto.
- Vermelho (Situação Crítica/Fora da Meta): O indicador está fora de controle. A meta não foi atingida ou a situação está se agravando. É necessária uma ação estratégica imediata e a realocação de recurso

Parte 4

Considerações finais

A PALAVRA MÁGICA

Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra
Carlos Drummond de Andrade

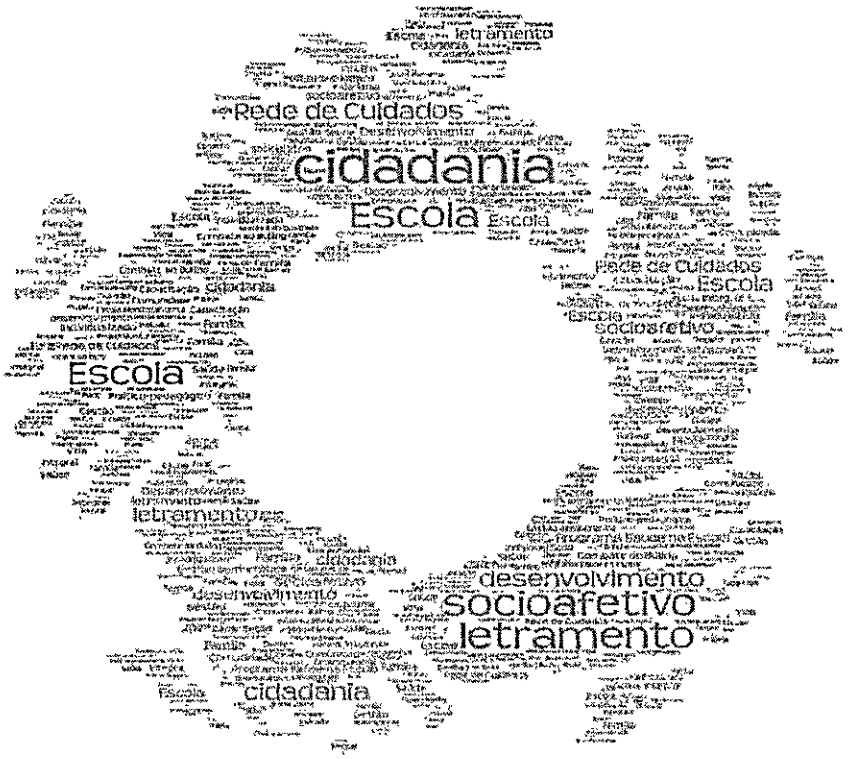
Este plano de trabalho, projeto desenvolvido pelo Núcleo de Acolhimento Psicossocial da SEMED do Município de Conselheiro Lafaiete, propõe diretrizes para ações a serem realizadas no município para a implementação da Lei 13.935/19 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas da educação básica. Trata-se de um projeto piloto no município e por esta razão encontrará desafios na sua implantação. É importante ressaltar que o município conta com dois psicólogos e duas assistentes sociais para um trabalho a ser realizado em 54 escolas e que não será possível eliminar todos os problemas encontrados nas escolas. A atuação destes profissionais visa à construção de caminhos, junto à comunidade escolar, em um trabalho contínuo para melhoria das questões apresentadas nesse plano de ação. Voltamos a ressaltar que o trabalho da (do) psicóloga (o) e das assistentes sociais na área da educação não se restringe ao cunho clínico, de diagnóstico e tratamento de transtornos de comportamento ou dificuldades de aprendizagem de forma individualizada, mas sim uma atuação com foco nas dimensões socioafetivas e educacionais.

Em nossa escola, em cada sala, em cada corredor, em cada lar que se conecta conosco, existem "palavras mágicas" dormindo na sombra. Elas são o potencial de um aluno que ainda não se vê capaz, a voz de uma família que precisa ser ouvida, a angústia de um professor que busca novos caminhos. Essas palavras são "a senha da vida", a chave para que o desenvolvimento pleno, a aprendizagem e o bem-estar aconteçam. Como equipes de Psicologia e Serviço Social, trazemos conosco o dever ético de "procurá-la". Mas a poesia de Drummond nos ensina que essa busca não é solitária. Desencantar uma palavra que "dorme na sombra" de um

"livro raro" — e cada estudante é esse livro único — exige mais do que um olhar técnico; exige uma comunidade inteira.

Sozinhos, podemos intervir pontualmente, acolher. Mas juntos — unindo o saber pedagógico dos professores, a vivência insubstituível das famílias e o apoio estrutural da gestão — podemos verdadeiramente "desencantar" o potencial adormecido. A poesia nos adverte: "Se tarda o encontro, se não a encontro, / procuro sempre." A realidade da educação é complexa. As soluções não são imediatas e, por vezes, o cansaço nos visita. Este plano de ação que propomos construir não pode ser um documento estático, guardado numa gaveta. Ele precisa ser a materialização do nosso compromisso coletivo de "procurar sempre", de não desistir do aluno, de não desistir da família, de não desistir da escola.

Por isso, este é um convite. Um chamado para que a nossa busca não seja apenas a minha procura, ou a sua procura, mas a nossa procura. Drummond conclui que a própria busca se torna a resposta: "...e minha procura / ficará sendo / minha palavra." Queremos que a nossa procura conjunta se torne a nossa palavra mágica. Que a nossa ação coletiva — a forma como escutamos, como planejamos, como intervimos e como nos apoiamos mutuamente — seja a verdadeira "senha" que abre o mundo aos nossos estudantes. As equipes de Psicologia e Serviço Social não trazem as respostas prontas. Trazemos o mapa da procura. Convidamos cada educador, cada família, cada membro desta comunidade a desenhar este caminho conosco, a transformar a busca em nossa mais potente ação.



Vamos fazer acontecer este plano juntos?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Palavra Mágica.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 1 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: Acesso em: 07 de novembro de 2025.

BRASIL. **Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br.

CEARÁ. Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de ação:** Equipe Multidisciplinar – Educação. Monsenhor Tabosa: SME, [s.d.]. Disponível em: https://www.smemtce.com.br. Acesso em: 07 de novembro de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica.** Brasília: CFP/CREPOP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições e Competências da/o Assistente Social na Educação.** Brasília: CFESS, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 64 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IEDE. **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional.** Disponível em: https://qedu.org.br/desigualdades/3118304-conselheiro-lafaiete. Acesso em: 12 de novembro de 2025.

LUCINDA, Elisa. **Poema dos coletivos.** Disponível em: <https://www.tudoepoema.com.br/elisa-lucinda-poema-dos-coletivos/>. Acesso em: 17 de novembro de 2025.

MARANHÃO. Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão. Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Plano de ação**. Serrano do Maranhão: SME-Ciência e Tecnologia, fev. 2023. Disponível em: https://www.serrano.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Plano-de-Acao-da-SEMECT-de-Serrano.pdf. Acesso em: 07 de novembro de 2025.

MEIRELES, Cecília. Canção excêntrica. In: MEIRELES, Cecília. **Vaga Música.** São Paulo: Global, 2024.

NUPSS – Núcleo de Psicologia e Serviço Social da Educação (Platina, SP). **Plano de trabalho psicossocial.** Técnicas de referência: Gabriela Scala Gaspar (psicóloga); Juliana de Andrade Brito (assistente social). Platina, SP: NUPSS, 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia / Organizado por Maria Helena Souza Patto. -- São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

Anexos

Anexo 1 - Avaliação Imediata de Riscos no contexto escolar - Saúde Mental

Nível	O que significa	Sinais comuns (exemplos)	O que o professor pode fazer	Encaminhamento sugerido
Leve	Situações passageiras, relacionadas ao estresse cotidiano ou a mudanças (como conflitos com colegas, cansaço, dificuldades em casa). O aluno ainda participa das atividades e mantém vínculos.	• Tristeza ou irritação leve • Choro ocasional • Falta de concentração momentânea • Reclama de cansaço, sono, preocupações • Mudanças leves de comportamento	• Escuta acolhedora e empática • Conversa individual, sem julgamento • Ajuste de tarefas se necessário • Acompanhar nos dias seguintes	Acompanhar na escola. Se persistir, conversar com a família e indicar a procura da **UBS (Unidade Básica de Saúde – posto de saúde mais próximo de casa)**
Moderado	Sofrimento mais persistente, começa a afetar o rendimento escolar e as relações com colegas. O aluno demonstra dificuldade em lidar com emoções.	• Isolamento frequente • Choros constantes • Falta de interesse nas aulas • Alterações de sono ou apetite • Queixas somáticas (dores sem causa física)	• Procurar a equipe de apoio da escola (orientador, coordenação) • Conversar com a família • Evitar exposição do aluno diante da turma	**Encaminhar à UBS** para avaliação. A UBS pode acompanhar ou indicar **CAPS**, conforme o caso
Grave	Sofrimento intenso e contínuo, com grande prejuízo nas atividades e nas relações. Indícios de transtorno mental.	• Falas de desesperança ("não aguento mais", "nada faz sentido") • Autoagressão (cortes, arranhões) • Agressividade descontrolada	• Não julgar nem repreender • Comunicar imediatamente a gestão escolar e a família • Garantir que o	**Encaminhar com urgência à UBS / CAPSij**. Se risco à vida, acionar **SAMU (192)**

		• Isolamento extremo • Abandono de atividades básicas (higiene, alimentação)	aluno não fique sozinho	
🔴 **Urgente / Crise**	Situação de risco imediato à vida do aluno ou de outros. Necessita de atendimento de emergência.	• Tentativa de suicídio ou fala com plano ("vou me matar") • Crise de pânico intensa ou descontrole total • Comportamento violento consigo ou com os outros • Estado de confusão mental grave	• Garantir segurança (retirar objetos perigosos) • Acionar **SAMU (192)** ou **UPA/Hospital** imediatamente • Avisar gestão escolar e família • Acompanhar até a chegada do socorro	**Serviço de Urgência (SAMU, UPA ou Hospital).** Depois, acompanhamento pela **RAPS** (UBS/CAPS)

Dicas para a comunidade escolar

- **Evite rótulos** ("louco", "problemático"). Use linguagem respeitosa.
- **Escuta é cuidado**: às vezes, o aluno precisa apenas ser ouvido.
- **Observe a duração e intensidade**: se o comportamento dura semanas e afeta o cotidiano, é sinal de alerta.
- **Não está sozinho**: o cuidado é compartilhado entre escola, família e saúde.

Anexo 2 - Avaliação imediata de contextos de vulnerabilidade socioassistencial - Proteção Social

Domínio de Observação	Sinais de Alerta Observáveis (O que a escola vê ou ouve)	Nível de Risco (Urgência)	Ação Imediata Recomendada (Encaminhamento)
1. Condições Básicas (Vulnerabilidade)	• Fome recorrente (relata fome, pede lanche de colegas, furta comida). • Higiene visivelmente precária e persistente (mesma roupa, odor forte). • Problemas de saúde evidentes e *sem* sinal de tratamento.	MÉDIO/ALTO	**1. Acolher** (oferecer alimentação, se possível). **2. Encaminhar ao CRAS:** Unidade social responsável pela oferta de serviços no âmbito da Proteção Social Básica. Com o objetivo de fortalecer a convivência entre família e a comunidade, concessão de Benefícios Eventuais, entre outros serviços. **3. Cadastro único:** Ele pode incluir a família em programas de transferência de renda (Bolsa Família).

2. Negligência e Abandono	• Faltas excessivas e *sem* justificativa (risco de abandono intelectual). • Aluno chega/sai da escola sozinho (em idade incompatível). • Ausência total da família (não atende chamados, não busca boletim). • Vestuário cronicamente inadequado para o clima (ex: frio intenso sem agasalho).	**ALTO**	**1. Acionar o Conselho Tutelar (CT):** A negligência é uma violação de direitos. O CT é o órgão responsável por requisitar os serviços e garantir a proteção. **2. Encaminhar ao CRAS:** Para o acompanhamento e fortalecimento dessa família.
3. Violência Doméstica / Conflito Familiar	• Relato espontâneo ou velado de brigas intensas em casa. • Medo visível de um dos responsáveis. • Relato de uso pesado de álcool/drogas	**ALTO / URGENTE**	**1- Acionar o Conselho Tutelar (CT):** Para garantir a proteção imediata da criança / adolescente. **2- Acionar o CREAS:** Unidade social responsável pela oferta de serviços no âmbito da Proteção Social

	pelos cuidadores. • Aluno assume papel de cuidador (ex: falta para cuidar dos irmãos).		Especial de Média Complexidade. Cujo objetivo é o atendimento em situações de risco pessoal e social por violações de direitos
4. Violência Física ou Sexual (Suspeita ou Revelada)	• Marcas físicas inexplicadas (hematomas, cortes, queimaduras). • Relato direto ou indireto de abuso (em redações, desenhos, conversas). • Medo extremo de ir para casa ou de um adulto específico. • Mudança comportamental drástica (sexualização, agressividade, isolamento súbito).	**URGÊNCIA IMINENTE**	**1. Acionar o Conselho Tutelar (CT) IMEDIATAMENTE.** **2. Acionar o CREAS**: para acompanhamento especializado da vítima. **NÃO FAZER:** *Nunca* ligue para o suspeito ou confronte a família. A denúncia deve ir direto aos órgãos de proteção.
5. Trabalho Infantil	• Sono excessivo em sala de aula		**1. Acionar o Conselho Tutelar (CT)**: Trabalho

	(jornada dupla). • Faltas recorrentes em dias específicos (para "ajudar" no trabalho). • Sinais de desgaste físico incompatível com a idade. • Relato de que está trabalhando para ajudar em casa.	**ALTO**	infantil é violação de direito. **2. Encaminhar ao CRAS/CREAS:** Para inclusão no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e apoio à família.

Anexo 3 - **Formulário de Encaminhamento Escolar para os serviços da rede de saúde e da proteção social**



Formulário de Encaminhamento Escolar para os serviços da rede de saúde e da proteção social

1. Dados do Aluno(a)

Aluno(a):	
Escola / Série	
Data de Nascimento:	
Nome da Mãe/Pai ou Responsável:	
Telefone do Responsável:	
Endereço Completo:	

2. Dados do(a) Solicitante (Professor(a) ou Analista)

Profissional responsável pelo preenchimento deste formulário:	
Função:	( ) Professor(a) ( ) Analista Educacional ( ) Diretor(a) ( ) Outra:_____
Data da Solicitação:	

3. Motivo da Notificação e Encaminhamento

Assinale as áreas de preocupação e descreva sucintamente o comportamento ou situação observada.

A. Área de Saúde (Psicossocial/Mental e Física)

1-Comportamento Emocional/Psicossocial (Exemplos: isolamento, agressividade, tristeza persistente, ansiedade, mudanças de humor bruscas):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:_____
_____
_____
_____

2-Dificuldades de Aprendizagem/Cognitivas (Exemplos: concentração, memorização, hiperatividade que impacta a aprendizagem):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:_____
_____
_____
_____

3-Queixas de Saúde Física Recorrentes (Exemplos: dores de cabeça, estômago, falta de sono, sem causa aparente ou acompanhamento):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:_____
_____
_____
_____

4-Outras Observações de Saúde (Exemplos: falta de higiene, indícios de uso de substâncias, etc.):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:_____
_____
_____
_____

B. Área de Desenvolvimento Social e Familiar

1-Relações Interpessoais (Exemplos: *bullying*, dificuldades de socialização, conflitos constantes com colegas/professores):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:_____
_____
_____

2-Frequência e Assiduidade (Exemplos: faltas excessivas, atrasos constantes):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:

3-Sinais de Negligência/Violência (Física, Psicológica, Sexual) ou Vulnerabilidade Social:

( ) Sim ( ) Não

Descrição (Se possível, indique quem e quando buscaram contato com o responsável):

4-Necessidade de Apoio Social (Exemplos: alimentação, moradia, vestuário, falta de documentos):

( ) Sim ( ) Não

Descrição:

4. Ações da Escola

Marque todas as ações que já foram tomadas antes desta notificação:

( ) Conversa individual com o(a) aluno(a).

( ) Contato e reunião com os pais/responsáveis (Data:).

( ) Intervenções pedagógicas específicas (Quais?).

( ) Monitoramento de comportamento ou notas por dias/semanas.

( ) Preenchimento de Relatório de Ocorrência Escolar (Anexar se disponível).

( ) Outra (Qual?).

5. Sugestão da Equipe Psicossocial (Preenchimento Opcional)

Qual serviço você fez o primeiro encaminhamento/ação?

( ) Avaliação/Acompanhamento Psicológico Escolar

( ) Orientação aos Pais/Responsáveis

( ) Conselho Tutelar (em casos de suspeita de negligência/abuso)

( ) Serviço de Saúde (Ex: Posto de Saúde, CAPS, Pediatra)

( ) Serviço de Desenvolvimento Social (Ex: CRAS, CREAS)

( ) Outro (Qual?)

---

6. Encaminhamento e Resposta da Equipe Psicossocial (Uso Exclusivo da Equipe)

Ação	Data	Responsável
Recebimento da Notificação		
Primeiro Contato com Aluno(a) e/ou Família		
Encaminhamento Externo Sugerido	( ) Saúde ( ) Social ( ) Conselho Tutelar ( ) Outro	
Serviço/Órgão para onde foi Encaminhado(a)		
Data do Encaminhamento Externo		
Observações/Próximos Passos		

Assinatura do(a) Solicitante: _____

Assinatura do(a) Profissional da Equipe Psicossocial: _____

Anexo 4 - Formulário de Estudo de Caso – Reunião Pedagógica

Data da Reunião:	Participantes Presentes:

A – Informações Referentes ao Aluno

Nome do Aluno:	
Data de Nascimento:	
Série/Ano:	
Histórico Escolar (Breve resumo):	
Deficiência/Transtorno (Conforme laudo, se houver):	
Outras Informações Relevantes (Acompanhamentos externos, etc.):	

B – Informações Coletadas do/Sobre o Aluno (Perspectiva do Aluno ou do responsável legal)

- O aluno gosta da escola? ( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes
  - Observações:

- Relacionamento Social:
  ( ) Tem amigos ( ) Tem um colega predileto (Quem? _____) ( ) Isola-se

- **Atividades que mais gosta de fazer na escola:**

- **Tarefas consideradas mais difíceis (pelo aluno):**

- **Por quê? (Justificativa do aluno):**

- Comunicação (Expressa necessidades, desejos, interesses?):
  ( ) Sim ( ) Não ( ) Com dificuldade
  - **De que maneira?** (Fala, gestos, prancha de comunicação, etc.):

- **Relação com Professores:**
  - Costuma pedir ajuda? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?
  - Opinião do aluno sobre seus professores:

- **Motivação (Por que acha importante vir à escola?):**

- Satisfação com os Apoios Atuais (Material, equipamentos, intérprete, etc.):
  ( ) Satisfeito ( ) Parcialmente Satisfeito ( ) Insatisfeito

- Desejaria ter outros apoios?
  ( ) Sim ( ) Não. Quais?

C – Informações Coletadas da/Sobre a Escola (Perspectiva da Equipe)

1. Participação e Interação

- Participação nas atividades e espaços da escola:
  ( ) Participa de todas ( ) Participa da maioria ( ) Participa de poucas
  ( ) Não participa
  - Como? (Se não participa, por quê?):
- Nível de participação nas atividades de turma:
  ( ) Integralmente ( ) Parcialmente ( ) Não participa

2. Desempenho Pedagógico

- Atividades que realiza com facilidade:

- Atividades que não realiza ou realiza com dificuldades:

- Por quê? (Análise pedagógica da dificuldade):

- Avaliação do professor de sala de aula sobre o desempenho escolar geral:
- Principais habilidades e potencialidades do aluno (segundo os professores):

3. Necessidades e Barreiras
   - Quais são as necessidades específicas do aluno?
   - Quais são as barreiras impostas pelo ambiente escolar? (Físicas, atitudinais, pedagógicas, etc.):

4. Apoios (AEE e Outros)
   - Atendimento educacional e/ou clínico que o aluno já recebe (dentro ou fora da escola):

- Profissionais envolvidos:

- Qual o motivo que levou o professor de sala de aula a solicitar os serviços do AEE?

- Quais as preocupações apontadas pelo professor de sala de aula?

- Quais os apoios que o professor de sala de aula sugere?

5. Acessibilidade e Recursos
   - A escola dispõe de recursos de acessibilidade para o aluno?
     ( ) Sim ( ) Não. Quais?

- Recursos (humanos e materiais) necessários que a escola NÃO dispõe:

- Os recursos utilizados atualmente atendem às necessidades do aluno?
  ( ) Sim ( ) Não. Quem os avaliou?

6. Visão da Comunidade Escolar (Social e Afetiva)

- Como a comunidade escolar percebe a interação do aluno com seus colegas?

- Como é o envolvimento afetivo e social da turma com o aluno?

- Opinião geral da escola (equipe pedagógica, direção) sobre seu desenvolvimento:

7. Expectativas

- Interesses e expectativas do aluno (na percepção dos professores):

- Quais as expectativas escolares do professor em relação a esse aluno?

D – Informações Coletadas da/Sobre a Família (Perspectiva da Família)

- Qual é a opinião da família sobre a vida escolar do aluno?

- A família se envolve com a escola? (Participa de reuniões, eventos, etc.)
  ( ) Sim ( ) Não ( ) Raramente

- Tem consciência dos direitos de seu filho à educação inclusiva?
  ( ) Sim ( ) Não
  - Exige a garantia desses direitos? ( ) Sim ( ) Não

- Habilidades, necessidades e dificuldades na vida pessoal e escolar (identificadas pela família):

- Quais as expectativas da família com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho?

Encaminhamentos e Plano de Ação

Ações a serem tomadas com base nas informações coletadas:

Ação Proposta	Responsável(is)	Prazo
1.		
2.		
3.		
4.		

Data da Próxima Reunião de Acompanhamento: